

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BEATRIZ WALID DE MAGALHÃES NADDI

**MÉXICO ENTRE DOIS MUNDOS: ESTADOS UNIDOS E AMÉRICA LATINA COMO
ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Santana do Livramento

2014

BEATRIZ WALID DE MAGALHÃES NADDI

**MÉXICO ENTRE DOIS MUNDOS: ESTADOS UNIDOS E AMÉRICA LATINA COMO
ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa –
UNIPAMPA.

Orientador: Prof^o Msc. Rafael Balardim

Santana do Livramento

2014

N3270972m Naddi, Beatriz Walid de Magalhães

México entre dois mundos: Estados Unidos e América Latina como alternativas de desenvolvimento / Beatriz Walid de Magalhães Naddi.

84 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa,
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2014.

"Orientação: Rafael Balardim".

1. México. 2. América Latina. 3. Estados Unidos. 4. Desenvolvimento. 5. Integração. I. Título.

BEATRIZ WALID DE MAGALHÃES NADDI

**MÉXICO ENTRE DOIS MUNDOS: ESTADOS UNIDOS E AMÉRICA LATINA COMO
ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa –
UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 15/08/2014.

Banca examinadora

Prof^o Msc. Rafael Balardim
Relações Internacionais – UNIPAMPA

Prof^o Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro
História (IFCH) – UFRGS

Prof^a Msc. Rafael Vitória Schimidt
Relações Internacionais – UNIPAMPA

Dedico à minha avó Joselir e ao meu namorado Vítor.

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, à Deus por ter me dado a oportunidade de realizar um curso superior e por ter me guiado durante todos estes anos de estudo. Agradeço também à minha família, pois sem o apoio desta não teria sido possível eu realizar toda essa trajetória de estudo, mesmo tão longe de casa. Sem o apoio de meus amigos, também não seria possível a realização deste, por isso, também os agradeço.

Sou grata à UNIPAMPA, por ter aberto suas portas por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) à um novo mundo, cheio de conhecimento a ser explorado. Desta forma, agradeço fortemente à todos os meus professores, principalmente ao meu professor orientador Rafael Balardim, que sempre nos apoiou e se tornaram grandes amigos. De igual maneira, agradeço à cidade de Santana do Livramento por ter me acolhido tão bem e por ter me propiciado momentos que jamais irei esquecer.

Por fim, agradeço à Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER) e ao Santander Universidades por terem me dado a oportunidade de realizar um intercâmbio ao México, o qual enriqueceu minha vida em todos os aspectos. Nesse sentido, não posso deixar de agradecer à Universidade de Guadalajara por ter me recebido e onde adquiri uma gama conhecimento essencial para a escolha do tema e realização de meu Trabalho de Conclusão de Curso.

“É sob pressão que o grafite se transforma em diamante”

Autor desconhecido

RESUMO

Tendo em vista a dualidade entre a América Latina e a América do Norte, o México se estabelece como um ator que, ao longo de sua história, comparte momentos de maior ou menor proximidade com seus vizinhos ao sul e com seu vizinho ao norte. No entanto, sua proximidade geográfica a uma das maiores potências mundiais, exerce uma forte influência em sua via de desenvolvimento, via esta atualmente ligada aos Estados Unidos, enquanto que sua relação com a América Latina se encontra em um segundo plano. Frente às mudanças no sistema internacional, no sentido da cooperação entre os países em desenvolvimento como uma forma de se contrapor aos países desenvolvidos, a América Latina poderia se apresentar ao México como uma via de desenvolvimento alternativa aos Estados Unidos, visando, assim seu fortalecimento no sistema internacional.

Palavras Chave: México; América Latina; Estados Unidos; desenvolvimento.

RESUMEN

Dada la dualidad entre América Latina y América del Norte, México se establece como un actor que, a lo largo de su historia, comparte momentos de mayor o menor cercanía con sus vecinos del sur y su vecino del norte. Sin embargo, su proximidad a una de las mayores potencias del mundo, ejerce una fuerte influencia en su vía al desarrollo, vía esta conectada actualmente a los Estados Unidos, mientras que su relación con América Latina se encuentra en un según plan. Frente a los cambios en el sistema internacional, en el sentido de la cooperación entre los países en desarrollo como una manera de contrarrestar los países desarrollados, América Latina podría ser presentada al México como una vía alternativa de desarrollo a los Estados Unidos, a fin de fortalecerse el sistema internacional.

Palabras llave: México; América Latina; Estados Unidos; desarrollo.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	11
1.2	DEFINIÇÕES DE HIPÓTESE	11
1.3	JUSTIFICATIVA	11
1.4	OBJETIVOS	12
1.4.1	OBJETIVO GERAL.....	12
1.4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
1.5	MÉTODO	12
2	MÉXICO: UMA BREVE HISTÓRIA	13
3	EMBASAMENTO TEÓRICO	23
4	VIA ATUAL: AS RELAÇÕES MÉXICO-ESTADOS UNIDOS	32
4.1	O MÉXICO NO NAFTA.....	38
5	VIA ALTERNATIVA: AS RELAÇÕES MÉXICO-AMÉRICA LATINA	49
5.1	DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO.....	52
5.2	O MÉXICO NA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA.....	57
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS: BALANÇO GERAL	72
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76

1 INTRODUÇÃO

Devido ao seu posicionamento geográfico, o México pode ser caracterizado como um Estado com uma grande potencialidade, sendo que este fator determina grande parte de suas características econômicas e históricas. Localizado entre a América do Norte e a América Latina e banhado por um lado pelo oceano Atlântico e por outro pelo oceano Pacífico, o Estado mexicano acaba recebendo diversas influências o que o torna um país único.

Se historicamente, o México carrega uma identidade latina, economicamente e, até mesmo, geograficamente, este país tem uma ligação muito mais próxima ao seu vizinho e uma das maiores potências mundiais, os Estados Unidos. Esta dualidade reflete em seu posicionamento político, assim como, econômico diante do sistema internacional. Em função de seu singular posicionamento geográfico, o Estado mexicano pode aproveitar das oportunidades tanto ao norte como ao sul, apesar de que se percebe que ao longo da história, e principalmente, atualmente, existe uma conexão profunda com seu vizinho ao norte e certo afastamento de seus vizinhos latino-americanos.

No início de sua história, já se pôde perceber o quanto os Estados Unidos influenciariam no México, como, por exemplo, com a tomada de mais de 50% de seu território ainda no século XIX. Mas, uma revolução política e social na década de 1910 mostrou que a população mexicana estava disposta a lutar por seus interesses e por sua soberania. A partir de então, o México passou a usar do Estado forte como motor do desenvolvimento, o que levou o estabelecimento de um país que se colocava no cenário internacional como um ator que lutava por sua soberania, mesmo tendo que ir contra a decisões de potências.

Com um forte crescimento econômico, logo o México se destacou também na América Latina, principalmente exercendo um papel de potência média na América Central. Contudo, isto não foi suficiente para uma aproximação sólida aos países com quem compartilhava sua história, cultural e idioma. Assim, com o fim do período de prosperidade do capitalismo devido às diversas crises na década de 1970, o México também iniciou um processo de decadência econômica, política e social, se absorvendo por uma grande dívida externa, até a declaração de moratória em 1982.

A partir de então, o México mudou sua estratégia política e econômica, assim como a grande maioria dos países latino-americanos, e passou a investir em uma aproximação ainda maior aos Estados Unidos aos moldes da tendência econômica da época, o neoliberalismo. Com isso, a relação com os Estados Unidos se aprofundou, chegando até sua

institucionalização através no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA – sigla em inglês) em 1994, o que tornou o México mais dependente econômica e politicamente do desenvolvimento estadunidense.

Após vinte anos da formação do NAFTA, o México se encontra preso a uma realidade neoliberal desgastada, além de manter suas relações econômicas restringidas por conta de sua dependência ao mercado e políticas dos Estados Unidos, que já não estão em sua plenitude econômica, como podemos constatar na profunda crise econômica iniciada em 2008. Assim, o México está indo no sentido contrário ao movimento multilateral e de cooperação, que os países emergentes, como o México, vêm desenvolvendo no sistema internacional. No sul do continente americano, após o trauma da década de 1980 e das políticas neoliberalizantes da década de 1990, outros países latino-americanos de peso, como Argentina, Brasil e Venezuela, passaram a adotar o Estado logístico (CERVO, 2008), como forma de fortalecer-se internamente e posicionar-se de maneira estratégica no cenário internacional, formando tanto parcerias regionais, quanto com outros Estados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, o que ficou conhecido como Cooperação Sul-Sul (LIMA, 2005).

Nesse sentido, sendo o México culturalmente parte da América Latina (GOMÉZ, 2010) e por sua história de luta em defesa do interesse nacional, seria uma possibilidade ao Estado mexicano aliar-se a seus vizinhos do sul, no sentido de se fortalecer gradativamente e, a partir disso, mudar seu padrão de relacionamento com os Estados Unidos, tornando essa relação mais saudável e positiva aos interesses mexicanos, e não só aos estadunidenses. Além dos potenciais benefícios ao México, a América Latina também, certamente, teria sua integração potencializada, o que seria algo positivo ao posicionamento de todos os países latino-americanos frente sistema internacional.

Desta forma, primeiramente será descrito o processo histórico do México, desde finais do século XVIII até os dias de hoje, como forma de compreender o desenvolvimento nacional e internacional do país. Posteriormente, serão ressaltados alguns aspectos conceituais e teóricos que serão de grande valia na análise do posicionamento do México frente aos Estados Unidos e à América Latina. Em seguida, será descrita a relação do México com os Estados Unidos, assim como se analisará os efeitos do NAFTA sobre a economia, política e sociedade mexicana. No capítulo seguinte será analisado o funcionamento da relação do México frente à América Latina, tanto em no aspecto conceitual quanto histórico. Ainda neste último capítulo, se buscará identificar os processos de integração latino-americanos e como o

México se relaciona com eles. Ao final, se realizará um balanço geral de maneira a concluir se a América Latina pode se caracterizar como uma alternativa de desenvolvimento ao México.

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Dada à proximidade linguística, cultural e histórica entre o México e o restante da América Latina, onde alguns países têm buscado uma atuação mais autônoma no sistema internacional, esta última se apresenta como uma via alternativa para o desenvolvimento mexicano ao invés dos Estados Unidos?

1.2 DEFINIÇÕES DE HIPÓTESE

Em função do desgaste do neoliberalismo, paralelamente ao fenômeno da Cooperação Sul-Sul – que está sendo desenvolvido por outros países periféricos –, o México, que já vem sofrendo uma crise política (por falta de autonomia), econômica (pela dependência ao mercado estadunidense) e social (pelo alto índice de desigualdade social), poderia buscar uma alternativa aos Estados Unidos por meio de uma integração à América Latina, fortalecendo-se e mudando seu padrão de relacionamento com seu vizinho do norte, o que também fortaleceria a própria América Latina, com um processo de integração regional expandido e fortalecido.

1.3 JUSTIFICATIVA

A importância deste estudo se dá no sentido em que o México, como um Estado de peso da região, vem se afastando da América Latina enquanto que se atrela, cada vez mais, à órbita hegemônica dos Estados Unidos, sendo que a maior parte de seus vizinhos latino-americanos está em busca do fortalecimento interno e externo, fazendo-se uso de ferramentas como a integração regional e a cooperação com outros países emergentes.

Com isso, por meio de uma maior conexão e sinergia entre México e América Latina, haveria um fortalecimento de ambos os lados, e assim, poderiam todos se relacionar de forma mais soberana e autônoma frente às potências. Nesse sentido, o México se torna um ator estratégico para a integração latino-americana, uma vez que além de ser uma das maiores economias da região, tem um posicionamento geoestratégico em relação aos Estados Unidos, o que poderia significar um maior poder de barganha da região frente à potência mundial.

Além disso, um estudo mais detalhado sobre os desafios e as oportunidades de integração do México à América Latina, pode, de certa maneira, facilitar a visualização da

possibilidade real dessa integração, visto que a região está passando por um novo momento, com fenômenos como a criação da Unasul e a adesão da Venezuela ao MERCOSUL.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar a possibilidade de uma aproximação México-América Latina, no sentido de gerar um fortalecimento mexicano e mudança de seu padrão de relacionamento com os Estados Unidos, assim como o fortalecimento da América Latina como um todo.

1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a profundidade do relacionamento México-Estados Unidos
- Identificar os efeitos do NAFTA para o México
- Analisar a profundidade do relacionamento México-América Latina
- Identificar a maneira como o México se insere no regionalismo latino-americano

1.5 MÉTODO

O método científico utilizado no presente trabalho é o dedutivo-hipotético, uma vez que se parte da hipótese de que por meio de uma aproximação mexicana à América Latina, em função da proximidade cultural e histórica existente, o México poderia mudar seu padrão de relacionamento com os Estados Unidos, caracterizado pela dependência e, conseqüente, subordinação às decisões políticas, econômicas e sociais.

Partindo disso, a análise se baseará fundamentalmente no método histórico, em que se buscará compreender o movimento path-dependence, ou seja, a influência do processo histórico na realidade atual mexicana e, assim, tentar compreender o que uma mudança de seus posicionamentos políticos geraria. Para isso, serão utilizadas fontes bibliográficas como publicações e notícias. Além disso, como forma de melhor quantificar as relações entre o México e os países em análise, também serão usadas fontes primárias, como dados econômicos, comerciais e sociais.

2 MÉXICO: UMA BREVE HISTÓRIA

Terceira maior economia do continente americano, o México se posiciona como um ator de peso, tanto no âmbito regional quanto internacional, em função não só de sua economia, mas também de seu poder político, que é fortalecido, mormente, por sua posição geoestratégica. Este posicionamento dá ao México uma extrema relevância geopolítica, uma vez que se estabelece como um conector entre os Estados Unidos e Canadá, notoriamente desenvolvidos, e a América Latina, região subdesenvolvida que vem buscando um papel mais atuante no sistema internacional.

Por conta, justamente, de seu posicionamento geográfico, o México acaba sofrendo influências tanto vindas do norte como do sul, tornando este país um ator extremamente complexo. Nota-se, assim, ao longo de sua história, os efeitos e a profundidade dessas influências que começaram desde sua independência do Império Espanhol.

A medida que a maioria das colônias ibéricas foram se tornando independentes na década de 1820, os Estados Unidos, o qual teve um modelo de colonização de povoamento que o permitiu um desenvolvimento político, econômico e militar muito rápido e, por isso, conquistou a independência precocemente (1776), pôde aproveitar-se da situação de retirada dos europeus no continente, para exercer sua influência de forma a saciar suas necessidades e ambições.

Nesse sentido, o vizinho ao norte do México declara, em 1823, a Doutrina Monroe, de onde saí a celebre passagem “América para os americanos”, dispondo os Estados Unidos, portanto, como a potência hegemônica do continente. Visto isso, não demorou muito para que o México começasse a sentir a pressão estadunidense, que iniciou um processo expansionista ao sul.

Percebendo a intenção dos Estados Unidos, o governo mexicano passou a incentivar o estabelecimento de colonos em sua fronteira ao norte. No entanto, como afirma Vásquez (1985), nesses assentamentos começou a nascer um movimento secessionista, que logo culminou na declaração de independência do Texas em 1836 e a seguinte anexação do mesmo aos Estados Unidos, em 1845, desencadeando em um conflito armado. Em função da efetividade do exército estadunidense, em comparação ao cenário de rivalidades e desordem no México, os Estados Unidos venceram, encerrando-se a guerra com o Tratado de Guadalupe Hidalgo (1848), no qual se reconheceu a anexação do Texas, do Novo México e da Alta Califórnia aos Estados Unidos, em troca de uma compensação de 15 milhões de pesos mexicanos. Todavia, não contentes com o território adquirido, a pretensão de se construir uma

ferrovia leste à oeste dos Estados Unidos, resultou na *Compra de Gadsen* concretizado pelo *Tratado de la Mesilla*, em 1853, no qual foi comprada mais uma grande extensão do território mexicano. Ao final dessas duas perturbadas décadas, o México havia perdido 55% de seu território para os Estados Unidos (VÁSQUEZ, 1985).

Em seguida, no ano de 1857, se deu início à Guerra da Reforma, a qual durou três anos. Sendo uma das guerras mais sangrentas do México, liberais (apoiados pelos Estados Unidos) e conservadores (apoiados pela França) lutaram pelo poder, até findar na vitória liberal. Contudo, em função do anúncio mexicano da suspensão dos pagamentos de juros alusivos a empréstimos, em 1861, os conservadores voltam em cena e a França executou sua segunda¹ intervenção no México, resultando no estabelecimento da monarquia de Maximiliano de Habsburgo-Lorena. No entanto, este período de Império Mexicano teve logo seu fim, em 1867, reassumindo Benito Juárez como presidente.

Nos anos seguintes, os liberais governaram o México, estabelecendo um regime de primazia da exploração agrária e mineira aos moldes latifundiários, condenando a maior parte da população à relação de servidão com os senhores de terra. Este regime foi levado ao ápice com a ditadura de Porfirio Díaz, que “implementó una política económica liberal orientada a favorecer la inversión extranjera”² (SÁNCHEZ, 1999, p. 22), principalmente com o apoio do capital estadunidense, como afirmado por Mostafa (2009). Sua política estava centrada na expansão dos latifúndios e em investimentos da infraestrutura para o escoamento da produção agrária e mineira, caracterizando-se, portanto, pelo modelo *export-led growth*, ou seja, desenvolvimento para fora, pautado no comércio exterior. Adicionado a isso, a expansão dos latifúndios era sustentada pela anexação de terras indígenas e comunais, gerando um grande descontentamento dos camponeses e indígenas em relação ao governo de Díaz.

Resultado da insatisfação da sociedade e de líderes políticos frente a mais uma reeleição fraudulenta de Díaz, eclode, em 1910, a Revolução Mexicana, a qual podemos classificar como uma das mais nacionalistas do continente. Em contraposição à ditadura de Díaz, formaram-se dois grupos, um ao norte liderado por “Pancho Villa” e outro ao sul liderado por Emiliano Zapata. Após anos de lutas entre os próprios revolucionários e destes contra as forças reformadoras do *status quo*, foi promulgada, em 1917, a nova Constituição. Diante deste episódio, o México demonstrou que, mesmo um país estando dominado por uma

¹ A primeira intervenção francesa no México ocorreu na chamada *Guerra de los Pasteles* (1838-1839), em que diante de diversas reclamações de comerciantes franceses por conta de frequentes saques sofridos, iniciou-se um conflito entre os governos mexicano e francês, até findar em uma guerra. Ao final, França venceu o conflito e o México teve que pagar indenizações aos comerciantes franceses (VÁSQUEZ, 1985).

² “implementou uma política económica liberal orientada a favorecer o investimento estrangeiro” (SÁNCHEZ, 1999, tradução nossa).

aristocracia com apoio externo, a população, em prol do interesse nacional, é capaz de, por meio da união, mudar as configurações internas e, conseqüentemente, seu posicionamento no cenário internacional.

Em um primeiro momento, os governos seguintes não fizeram muito em prol da efetivação das reformas reivindicadas na Revolução. O primeiro presidente pós-ditadura de Díaz, Francisco Madero (1911-1913), se propôs basicamente em instaurar um regime democrático-liberal, baseado no sufrágio universal e na não reeleição presidencial (SÁNCHEZ, 1999), ou seja, em um primeiro momento era necessária à restituição política do país.

Foi a partir de 1914, com Venustiano Carranza, que foi tomada uma efetiva posição nacionalista, como podemos notar em relação ao petróleo, com a declaração de nacionalização do subsolo mexicano³, que foi rapidamente combatida pelas companhias petrolíferas com o princípio da não retroatividade da lei⁴. Internacionalmente, pode-se, também, notar, desde já, um posicionamento mais firme do México, que é demonstrado pelo episódio de negociação de entrada do México na Liga das Nações, no ano de 1931, em que o Estado mexicano só aceitou fazer parte da organização ao se fazer uma reserva em relação ao 21º artigo⁵ do Pacto da Liga das Nações, no qual estava inclusa de maneira implícita a aceitação da Doutrina Monroe, reserva esta que representou a negativa mexicana ao posicionamento hegemônico dos Estados Unidos no continente.

Posteriormente, o presidente Elías Calles (1924-1928), como dito por Sánchez (1999, p. 23) “adoptó una política fiscal mucho más precisa en lo que atañe a las empresas petroleras, estableciendo, además, límites claros en cuanto a la duración de las concesiones hechas a dichas empresas”⁶. No entanto, mais uma vez, este intento nacionalista não teve sucesso, já que as petrolíferas não aceitaram tais políticas e, como represália, diminuíram a produção, além de algumas delas terem transferido suas plantas industriais para a Venezuela, que estava aberta ao investimento externo, deteriorando a posição do México como produtor e exportador de petróleo (SÁNCHEZ, 1985).

³ Até a Revolução Mexicana, a extração do petróleo no México estava sob mãos estrangeiras (britânica e estadunidense, mais especificamente).

⁴ O princípio da não retroatividade da lei determina que uma lei criada não tem efetividade sobre ações/direitos anteriores à esta.

⁵ “Art. 21. Os compromissos internacionais, tais como, tratados de arbitragem, e os acordos regionais como a doutrina de Monroe, que asseguram a manutenção da paz, não são considerados incompatíveis com nenhuma das disposições do presente Pacto.”

⁶ “adotou uma política fiscal muito mais precisa no que tange às empresas petrolíferas, estabelecendo, além disso, limites claros quanto a duração das concessões dadas a tais empresas” (SANCHEZ, 1999, tradução nossa).

Foi com Lázaro Cárdenas (1934-1939) que houve um claro movimento nacionalista ao expropriar os bens das companhias petrolíferas⁷ e criar a Petróleos de México (PEMEX), em 1938, que a partir de então, cuidaria da exploração do petróleo em solo mexicano. Paralelamente a isso, Cárdenas impulsionou a promoção dos direitos trabalhistas e a reforma agrária, assim como, orientou a produção petrolífera para satisfazer as demandas internas pelo processo de industrialização. Com essa mudança de posicionamento interno, certamente isso refletiu no posicionamento externo do México, que com Cárdenas consolidou sua postura independente, como na defesa à Etiópia atacada pela Itália na Liga das Nações e com a oposição à ditadura nazifascista de Franco na Espanha (VÁSQUEZ, 1985).

Nesse sentido, percebe-se que as reivindicações da Revolução passaram a ser, efetivamente, atendidas a partir de meados da década de 1930, pois, durante este período, havia um consenso antiliberal resultado da crise de 29, construindo, assim, um modelo de capitalismo regulado. Além disso, o grande fluxo de capitais nos anos dourados do capitalismo (1949-1973), proporcionou um acesso ao crédito facilitado, levando o Estado ao papel de principal motor do desenvolvimento.

Tido como período desenvolvimentista (CERVO, 2008), no período de 1930 a 1973, o México criou todo um arcabouço estatal⁸ para que, paralelamente ao modelo de industrialização por substituição de importação (ISI), se alcançasse o fortalecimento das instituições, o crescimento econômico, assim como, o bem estar de sua população, diminuindo a desigualdade social. Para isso, o México adotou medidas como direcionar a Nacional-Financeira, a partir de 1941, a financiar projetos de infraestrutura e investimentos produtivos e manter uma política protecionista da economia nacional. Além disso, como afirmado por Maldonado (2012), um dos componentes mais importantes na industrialização mexicana foi a instalação das maquiladoras⁹ em 1966, com o objetivo de fomentar a geração de empregos por meio de indústrias com o uso intensivo de mão de obra, voltadas ao mercado estadunidense.

Assim, o dinamismo econômico passou a centrar-se na evolução do mercado interno em função, externamente, do prolongado período de redução do comércio exterior pela

⁷ Um fato interessante que explica o porquê que desta vez as companhias petrolíferas não conseguiram boicotar a ação nacionalista do governo mexicano foi o contexto da época, que era da política de boa vizinhança adotada pelo presidente Roosevelt, fazendo com que o governo estadunidense aceitasse a nacionalização, desde que houvesse uma compensação adequada (SÁNCHEZ, 1999).

⁸ PEMEX, Comisión Federal de Eletricidad, banco de desenvolvimento, entre outros.

⁹ Uma das motivações para o estabelecimento deste programa foi o encerramento das permissões para entrada temporária de trabalhadores mexicanos, permissões estas dadas durante o período dos “braceros” entre 1942 a 1964, em que havia uma grande demanda por trabalhadores para suprir a produção industrial destinada à Europa destruída pela Segunda Guerra Mundial.

Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial, e internamente, da aceleração da reforma agrária, que destinou a produção agrícola para o mercado interno, ocorrendo o mesmo com a produção industrial. Como resultado de um Estado mais forte, o México pôde desenvolver uma atuação característica de potência média e liderança regional e, até mesmo, internacional.

Os presidentes seguidos de Cárdenas até Miguel de la Madrid (1982-1988) mantiveram uma continuidade na política externa mexicana, marcada pela reafirmação de uma série de princípios, principalmente os de autodeterminação e não intervenção, como forma de se afirmar e se proteger frente à seu poderoso vizinho ao norte (VÁSQUEZ, 1985). Em relação à atuação do México na defesa dos princípios de autodeterminação e não intervenção pode-se citar diversos episódios que retratam esse posicionamento na política externa mexicana durante o período desenvolvimentista.

De modo a ilustrar esta atuação mexicana mais incisiva no sistema internacional, pode-se analisar seu comportamento frente à Organização dos Estados Americanos (OEA), fundada em 1948. Primeiramente, temos o caso do golpe de Estado na Guatemala em 1954, quando o presidente guatemalteco Jacob Arbenz Gusmán tentou nacionalizar a United Fruit Company, uma companhia estadunidense que controlava a agricultura do país, fazendo com que a Central Intelligence Agency (CIA) patrocinasse um golpe de Estado no país centro-americano. Em relação a essa intervenção estadunidense na Guatemala, o México atuou no sentido da defesa dos princípios de não intervenção e da autodeterminação do país, se opondo à ação dos Estados Unidos com o pretexto de luta ao comunismo.

Com a Revolução Cubana e a preocupação estadunidense de que governos de cunho comunistas se espalhassem pelo continente, o México se posicionou firmemente se opondo à expulsão e sanções diversas a Cuba, por acreditar se tratar de um assunto interno e que o país tem a autodeterminação de ter o regime que optar. Em relação à intervenção estadunidense na República Dominicana e apoio ao golpe de militar em 1965, por conta da eleição de um presidente que possuía políticas consideradas comunistas (propunha reforma agrária e nacionalização de empresas estrangeiras), o México, novamente se posicionou contrariamente à atuação dos Estados Unidos, seguindo os mesmos princípios que no caso da Guatemala e Cuba. Além disso, o México se opunha aos regimes militares instalados na América Latina, como por exemplo, no caso do Chile com a deposição de Salvador Allende. E por fim, outro caso interessante dos posicionamentos mexicanos na OEA, foi o apoio à reivindicação argentina em relação às Malvinas, no entanto, se opondo ao uso da força.

Apesar da atuação ativa do México no sistema internacional durante este período, internamente, em função da característica deficitária dos governos desenvolvimentistas, o

México, na década de 1970, se encontrava com graves desequilíbrios macroeconômicos, que foram potencializados ainda mais pelo cenário internacional instável, com a quebra do sistema de Bretton Woods em setembro de 1971, o aumento da taxa de juros e os dois choques do petróleo (1973 e 1979).

Em um primeiro momento, o México, tendo sua dívida externa elevada por conta do aumento da taxa de juros estadunidense¹⁰, teve que recorrer à ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI), no entanto, devido à descoberta de novas reservas de petróleo, o Estado mexicano retirou o pedido de ajuda ao Fundo, já que o aumento no ingresso do petróleo ajudaria a administrar sua dívida externa. Tranquilizando ainda mais o México, o Primeiro Choque do Petróleo, fez o preço do barril de petróleo se multiplicar por volta de quatro vezes, fazendo com que o Estado mexicano, 10º maior produtor de petróleo do mundo, pudesse, em um primeiro momento, compensar seus déficits (MOSTAFA, 2009), apesar de, cada vez mais, se tornar dependente do petróleo¹¹.

É de suma importância compreender o significado do petróleo para a economia do México, já que este era o grande impulsionador da indústria mexicana, como nos apresenta Sánchez (1999, p. 27), “Mientras el precio internacional del petróleo en septiembre de 1980 era de \$32.7 por barril, en México el precio para el consumo interno era de \$7.8 por barril”¹². Isto significa que se há uma queda no rendimento do petróleo, ou seja, do preço do barril, automaticamente as contas do México entrariam em colapso. Sánchez (1999) complementa e afirma que com as novas descobertas de jazidas de petróleo, foram abertos ao México mais empréstimos devido a confiança mexicana e internacional em sua recuperação, além da taxa de juros muito baixas em razão do excesso de liquidez no mercado internacional com os petrodólares, o que fez aumentar absurdamente sua dívida externa¹³.

No entanto, esta época “de forte expansão econômica foi cortada de forma abrupta com o advento, em 1981-1982, da mais profunda recessão, até então, da economia americana no pós-Segunda Guerra Mundial” (MALDONADO, 2012), resultando no aumento da taxa de juros, que somado a Segunda Crise do Petróleo, em 1979, deterioraram drasticamente a dívida externa mexicana e levaram a fuga de capitais, impossibilitando o México de cumprir suas

¹⁰ Os Estados Unidos passavam por um período de estagflação em função do aumento da competitividade internacional, com a recuperação de Alemanha e Japão no sistema internacional, sendo aprofundado com a Primeira Crise do Petróleo (1973).

¹¹ Em 1977 o petróleo representava 27% das exportações, enquanto que em 1983 o mesmo representava 70% das exportações.

¹² “Enquanto o preço internacional do petróleo em setembro de 1980 era de \$ 32,70 por barril, no México o preço para o consumo interno era de \$ 7,80 por barril” (SÁNCHEZ, 1999, tradução nossa).

¹³ A dívida externa mexicana passou de US\$ 30,0 bilhões, em 1977, para US\$ 87,6 bilhões, 1982.

obrigações com os credores externos. Em meio a este cenário, o México, sem outra opção, declarou moratória em 1982.

A partir de então, foram implementadas, pouco a pouco, as políticas neoliberais propostas pelo FMI, que tinha diagnosticado que a crise da dívida advinha de um problema de liquidez e não de uma questão de solvência, sendo acordadas, segundo Morales (2006) as seguintes medidas: a) desvalorização cambial; b) corte dos gastos públicos; c) elevação da taxa de juros interna e aumento de preços e tarifas dos serviços públicos; e, por fim, d) condução das políticas fiscal e monetária de maneira restritiva.

Em um primeiro momento, estas medidas tiveram resultados positivos se analisar pela ótica das contas externas, mas por conta da corrida mundial pela autossuficiência em petróleo para não se depender mais dos grandes produtores – entende-se aqui o cartel da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) –, o preço do barril caiu, fazendo que a dívida externa mexicana não conseguisse mais ser sustentada pelo ingresso advindo do petróleo. Em vista disso, o governo mexicano renegociou a dívida no contexto do Plano Beker, que falhou, e o Plano Brandy, os quais se baseavam no refinanciamento da dívida em troca da estabilização macroeconômica do país de maneira ortodoxa e com a implementação de reformas neoliberais. Nesse sentido, a nova estratégia de crescimento econômico mexicano passaria a ser pautada na liberalização dos mercados, diminuição do papel do Estado na economia, conservadorismo monetário-fiscal e aumento da dependência das exportações aos Estados Unidos (BERNAL-MEZA, 2007; MOSTAFA, 2009).

A principal inversão na política externa mexicana se deu na década de 1980 quando o país abandonou as linhas do desenvolvimentismo e do terceiro-mundismo para abraçar a globalização neoliberal, a ideia de “governabilidade democrática”, as instituições financeiras internacionais e a aliança com os Estados Unidos (CEPIK, JORNADA, BORBA, 2012, p. 65).

Pode-se dizer que, o presidente mexicano Salinas de Gortari (1988-1994) foi o grande implementador e concretizador do liberalismo no México, adotando plenamente a estratégia neoliberal. As principais medidas de cunho liberal realizadas por Salinas, segundo Maldonado (2012), foram: a) a privatização da quase totalidade das empresas estatais, com intuito de aumentar a receita do Estado e promover a reestruturação e modernização econômica; b) a liberalização do marco regulatório dos investimentos estrangeiros; c) a desregulamentação do setor financeiro; e d) a redução das tarifas alfandegárias.

No sentido de aprofundar ainda mais o processo de liberalização da economia mexicana, no ano de 1992, o governo mexicano iniciou a reforma da Constituição

(GUTIERREZ, 2012), a fim de serem tirados os entraves ao liberalismo. Além do mais, de maneira geral, o posicionamento de Salinas era centrado em vender a ideia de um México próximo aos países desenvolvidos, como se pode constatar na admissão do Estado mexicano como membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – organização esta caracterizada por membros desenvolvidos – em 1994 (SÁNCHEZ, 1999).

Resultado dessas medidas liberalizantes, cada vez mais o México foi associando sua economia à dos Estados Unidos, tendo o acesso facilitado ao mercado estadunidense como a grande salvação da economia mexicana, que agora seria orientada pelo modelo *export-led-growth*. Compartilhando, o governo, dessa percepção de que a abertura do mercado estadunidense recuperaria a economia, o México passou a ver como um risco às suas relações comerciais com os Estados Unidos o Acordo de Livre Comércio (FTA – sigla em inglês) entre Estados Unidos e Canadá, firmado em 1989, fazendo com que o governo de Salinas propusesse a criação de uma área de livre comércio da América do Norte, para garantir, assim, seu acesso ao mercado estadunidense e ao fluxo de investimento norte-americano.

Unindo o útil ao agradável, os Estados Unidos receberam essa proposta com entusiasmo, já que abriria o mercado e a mão de obra mexicana e seria o primeiro passo para a criação de uma área de livre comércio continental, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Assim, em 1994, foi assinado o NAFTA, acordo este que institucionalizou as relações entre estes países, que, segundo Cepik, Jornada e Borba (2012), agora seria pautada no tripé bilateral do NAFTA de: liberalização comercial, imigração e combate ao narcotráfico.

Com a assinatura do NAFTA, o ambiente político do México se tornou calamitoso, com o levante armado do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) na região de Chiapas, contra a eliminação de um dos artigos na Constituição mexicana que proibia a venda de terras indígenas, facilitando, assim, aquisição de terras por parte dos estrangeiros. Ainda em 1994, sendo um ano de eleições, o candidato do Partido Revolucionário Institucional (PRI) – partido este que estava no poder a mais de 60 anos – foi assassinado, ao que tudo indica, por conta de um discurso realizado por ele criticando a situação econômica e social do país, além das ações do presidente vigente, Salinas (GUTIERREZ, 2012).

Refletindo esse cenário político instável na economia mexicana, que já vinha se deteriorando em função de uma sobrevalorização do peso resultado da forte entrada de capitais externos, houve uma grande fuga de capitais, gerando uma crise econômica que ficou conhecida como Efeito Tequila no ano de 1994. Como a economia do México e dos Estados Unidos estavam, ainda mais interdependentes com a recém criação do NAFTA, o governo

estadunidense de Clinton prontamente articulou um pacote de ajuda de US\$ 50 bilhões a fim de inverter a situação. Em meio a esta rápida ajuda dos Estados Unidos, a economia mexicana se recuperou agilmente.

Este episódio demonstra como o México passou a ser mais dependente das ações estadunidenses, em todos dos âmbitos (político, econômico e social) (MORALES, 2006); o que reflete, seguramente, em sua vulnerabilidade externa. Politicamente, fica claro esse aumento de dependência do México aos Estados Unidos ao constatar-se que entre os anos de 1985 e 1995, a taxa de coincidência de votos do México e dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas (ONU) cresceu de 15,5% para 41,6% (CEPIK, JORNADA, BORBA, 2012). Já no âmbito econômico, como bem expressado por Maldonado (2012), o comportamento da economia do México passou a estar atrelado ao ritmo e aos ciclos da economia estadunidense, como se pôde notar com a crise *.com* nos Estados Unidos em 2001, que impactou a economia mexicana de maneira considerável, afetando o seu crescimento econômico, que no ano em questão foi de -0,2%.

Em 2000, ocorreu uma grande mudança política no México, pelo menos a nível partidário, com a eleição de Vicente Fox (2000-2006) do Partido de Ação Nacional (PAN), quebrando a era do PRI, que já estava no poder a 70 anos. Ligado ao empresariado pró-NAFTA e à classe média urbana, o PAN apostava em uma melhora no relacionamento com os Estados Unidos e no fomento ao Estado liberal, por meio do enxugamento da máquina pública, da privatização de empresas estatais e da descentralização política (CEPIK, JORNADA, BORBA, 2012). Tendo em vista estas premissas partidárias, a grande proposta do governo Fox foi o NAFTA *plus*, no qual se propunha um aprofundamento da integração norte-americana nos mais diversos âmbitos, incluindo a questão migratória, mas por conta do novo enfoque da política externa estadunidense em segurança em função dos ataques terroristas de 2001, esta proposta não logrou resultados.

Apesar desses intentos neoliberais, a economia mexicana não respondeu a esses estímulos, tendo uma média anual de crescimento do PIB de somente 2,3%, que pode ser explicada pelo mercado interno mexicano estreito em função do baixo poder de compra dos mexicanos, não atraindo investimentos externos (GUTIERREZ, 2012).

Na eleição seguinte, o PAN venceu novamente, agora com Felipe Calderón (2006-2012), seguindo o mesmo lineamento liberal. Ao longo do governo Calderón, houve um combate incisivo ao narcotráfico, combate este apoiado enfaticamente pelos Estados Unidos, por ser uma das grandes preocupações estadunidenses em relação a sua segurança nacional. Além disso, a crise econômica de 2008 atingiu severamente o México, gerando uma forte

recessão econômica, o que demonstrou, mais uma vez, a vulnerabilidade mexicana frente a choques advindos do sistema internacional, e primordialmente, dos Estados Unidos.

Nas últimas eleições, em julho de 2012, o PRI voltou ao poder com Enrique Peña Nieto. Em função da baixa ênfase dada à discussão de suas visões e projetos de política exterior pelos candidatos durante a campanha presidencial (VILLAMAR, 2013), aliado ao relativo curto tempo do governo Peña Nieto, não é possível realizar uma análise efetiva de seu mandato, sendo importante, assim, atentarmos a algumas indicações em planos, discursos e ações recentes.

Em maio de 2012, foi lançado o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2014 em que se definem, no âmbito da atuação mexicana no sistema internacional, os seguintes objetivos: ampliar e fortalecer a presença do México no mundo; promover o México no mundo mediante a difusão econômica, turística e cultural; reafirmar o compromisso com o livre comércio, a mobilidade de capitais e a integração produtiva; e velar pelos interesses dos mexicanos no exterior, assim como, dos estrangeiros em solo mexicano. De acordo com Villamar (2013, p. 20) “El texto evidencia el altísimo valor que tienen para el gobierno el libre comercio y la integración regional”¹⁴, o que aponta à manutenção de uma alta prioridade às relações econômicas via livre comércio.

O fato de sua primeira visita presidencial oficial ter sido à América Latina, mais especificamente ao Chile, pode evidenciar um México em busca de um aprofundamento de suas relações em direção ao sul do continente, que se acentua, mormente, com a criação da Aliança do Pacífico durante o governo anterior em 2011, a qual trataremos com mais detalhes nos próximos capítulos. Ao mesmo tempo, apesar de Peña Nieto afirmar que o México não compete com a potência sul-americana atual, o Brasil, o mesmo declarou que o Estado mexicano e brasileiro têm caminhos diferentes de desenvolvimento (MÉXICO, 2014), o que pode demonstrar um embate entre os modelos de desenvolvimento e integração brasileiro e mexicano na América Latina.

Visto este panorama mexicano, percebemos um país com uma grande diversidade de momentos políticos, econômicos e sociais, constantemente em busca de um progresso interno e melhor posicionamento externo através diferentes estratégias, exitosas ou não, adotadas ao longo de sua história.

¹⁴ “O texto evidencia o altíssimo valor que têm para o governo o livre comércio e a integração regional” (VILLAMAR, 2013, tradução nossa).

3 EMBASAMENTO TEÓRICO

Com a crise econômica de 1929 e a consequente Grande Depressão na década de 1930, o discurso liberal vigente desde o século XVIII até a época saiu de cena e se introduziu o discurso da necessidade de um Estado forte, regulador e provedor de estabilidade econômica, para chegar, assim, ao “Estado de bem-estar social” defendido pelo economista inglês John Mayard Keynes (1996). A partir de então, de uma forma geral, os Estados passaram a utilizar do pensamento keynesiano, de Estado intervencionista e promotor do desenvolvimento para superar dificuldades internas e melhorar seu posicionamento no cenário mundial.

Posteriormente, com o advento da Segunda Guerra Mundial, além de o princípio keynesiano ter se tornado ainda mais forte por conta da necessidade de controle do Estado para a própria reconstrução do mesmo, ocorreu uma grande mudança de *status quo*, em que a partir de então, seria pautado sobre a disputa por zonas de influência entre Estados Unidos e União Soviética. O embate entre capitalismo e socialismo, a Guerra Fria, levou os demais Estados a entrarem em uma lógica de alianças com as superpotências, que por um lado foi estabelecida por pressão das próprias superpotências e, por outro, por interesses e vantagens que estes países poderiam ganhar a partir de tal aliança.

Apesar de ao longo da Guerra Fria não ter havido quaisquer conflitos diretos entre Estados Unidos e União Soviética, este embate era alimentado por meio de guerras proxys¹⁵, o que gerava uma diferenciação em zonas de prioridades para as superpotências. Nesse sentido, o leste europeu e o extremo oriente ganharam uma maior atenção frente a outras regiões do sistema, como, por exemplo, a América Latina, que a parte da Revolução Cubana e da Crise dos Mísseis, não foi uma região com grandes problemas que fossem dificultassem o domínio dos Estados Unidos, mantendo-se sempre como sua zona de influência relativamente estável. Neste cenário, com a falta de atenção e auxílio a certas regiões, deu-se início a um movimento terceiro-mundista, fazendo com que surgisse o Movimento dos Não-alinhados durante a Conferência de Bandung (1955), em que um conjunto de países sub-desenvolvidos e em desenvolvimento se negava se alinhar à uma das superpotências, preferindo, assim, se manterem neutros diante do conflito bipolar.

Em meio a esta movimentação terceiro-mundista, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) – criada pela ONU, em 1948, para ser um centro de

¹⁵ Utilização de um terceiro país em meio a uma guerra entre outros dois países

estudos sobre o desenvolvimento da América Latina e Caribe – a partir da década de 1950, começou a discutir a situação desigual e de dependência da América Latina frente os países desenvolvidos. Em meio a isso, nasceu a Teoria da Dependência, derivada das teorias marxistas, em que se conclui que o mecanismo de trocas desiguais, definido pela Divisão Internacional do Trabalho (DIT), entre o centro e a periferia eternizavam a situação de subdesenvolvimento e dependência da América Latina em relação aos países desenvolvidos.

Seguindo essa lógica de dependência, Immanuel Wallerstein (1976), em seu artigo *The Modern World-System*, definiu o sistema mundo como uma estrutura integrada regida sob a ordem capitalista de acúmulo de capital e divide os Estados em três estamentos hierárquicos: o centro, a periferia e a semi-periferia. A novidade que traz Wallerstein (1976) está exatamente neste último estamento, pois para o autor a semi-periferia seria uma camada intermediária entre o centro e a periferia e serviria como um amortecedor social, dissipando “the political pressures which groups primarily located in peripheral areas might otherwise direct against core-states”¹⁶ (WALLERSTEIN, 1976, p. 3). Nesse sentido, ao contrário do que afirmava a Teoria da Dependência, seria possível a mobilidade dos Estados entre esses estamentos.

Somados o keynesianismo, o movimento terceiro-mundista e as teorias de dependência, percebe-se na América Latina o estabelecimento de Estados desenvolvimentistas, que como define Cervo “Trata-se do Estado empresário que arrasta a sociedade no caminho do desenvolvimento nacional mediante a superação de dependências econômicas estruturais e a autonomia de segurança” (CERVO, 2002, p.6). Assim, por meio do forte investimento do Estado em infraestrutura e na industrialização, a América Latina passou por um longo período de crescimento econômico interno aliado a uma busca por maior autonomia internacional.

Nesse sentido, alguns países latino-americanos passaram a se destacar, de forma a serem cunhados como potências regionais, como Brasil e México. As potências regionais podem ser definidas como Estados semiperiféricos em processo de industrialização que se fortaleceram no plano nacional por terem capacidades materiais significativas e, logo, entraram no cenário internacional em buscar de se posicionar de uma maneira positiva, uma vez que suas capacidades imateriais¹⁷ são limitadas (VALENCIA; RUVALCABA, 2011).

¹⁶ “as pressões políticas as quais os grupos localizados nas áreas periféricas poderiam dirigir contra o centro” (WALLERSTEIN, 1976, tradução nossa).

¹⁷ Entende-se capacidades imateriais como o poder brando, ou soft power, conceituado por Nye (2002).

No entanto, a discussão sobre a dependência dos Estados periféricos, assim como, sobre o papel da potência regional, ficou de lado quando fortes crises assolaram o sistema internacional na década de 1970, afetando, principalmente, os países mais vulneráveis. No momento em que os Estados Unidos tomou a medida unilateral de por fim à paridade dólar-ouro, extinguindo o Sistema de Bretton Woods (1971), e logo após, ao aumentar a taxa de juros para controlar seu déficit, iniciou-se um efeito cascata.

A OPEP, descontente com a redução de seus ganhos em função da desvalorização do dólar e também como uma arma política frente à Guerra de Yom Kippur, decidiu aumentar o preço do barril do petróleo, culminando na Primeira Crise do Petróleo, em 1973. Frente a este cenário, a América Latina com a sua dívida externa incontrolável em função do aumento da taxa de juros, recorre a mais empréstimos, tendo em vista a grande liquidez internacional advinda dos petrodólares. No entanto, este insustentável financiamento latino-americano tem seu fim com a declaração de moratória do México e, assim, estoura a crise da dívida na década de 1980. Segundo Batista (2009), o endividamento externo latino-americano se deu basicamente por três fatores: sua marginalidade nos programas de ajuda externa; a falta de perspectiva de expansão de suas exportações frente ao protecionismo externo; e, por fim, a necessidade de os Estados da região em financiar seus desequilíbrios comerciais por meio de empréstimos concedidos pelo mercado privado de capitais à prazo de amortização inferior ao de maturação dos projetos de investimento financiados e à taxas de juros flutuantes.

Por conseguinte, foi explicitada a vulnerabilidade e a instabilidade do padrão de financiamento internacional que estes adotaram ao longo do período desenvolvimentista. Vale ressaltar que é de suma importância para a análise dos diferentes níveis de impacto no sistema internacional a conceituação e/ou diferenciação dos termos vulnerabilidade e sensibilidade. Isto porque, como bem define Nye (2009), este último diz respeito à rapidez com que certas mudanças ocorridas em uma parte do sistema internacional afetam outra; já vulnerabilidade, se refere a, até que ponto um ator é capaz de responder rapidamente a essas mudanças. Nesse sentido, é importante, portanto, entender que os Estados Unidos são sensíveis ao sistema internacional, ao passo que a América Latina é vulnerável às mudanças do sistema internacional, por ter capacidades limitadas de resposta ao sistema.

Diante do desgaste do Estado desenvolvimentista, o neoliberalismo passa a ser o discurso em voga, que viria para acabar com a regulamentação e burocratização que o Estado impunha a economia. O discurso da liberalização da economia, em consonância com o discurso da globalização, começou a ser defendido, já no início da década de 1980, pelo presidente estadunidense Ronald Regan juntamente com a primeira-ministra britânica

Margaret Thatcher, mas foi com o Consenso de Washington (1989) que as premissas neoliberalizantes foram claramente descritas. Nesse sentido, Batista (2009) afirma que as principais bases nas quais se estabelece o Consenso são: a liberalização comercial, a desregulamentação econômica e a redução da participação do Estado na economia.

Com o fim da Guerra Fria, esse modelo defendido pelo ocidente saiu como o grande vencedor e que deveria ser adotado pelos Estados; portanto, a pregação da globalização e do neoliberalização econômica ganharam grande notoriedade e adeptos, uma vez que estes elementos eram símbolo do progresso e da modernidade. Como forma de demonstrar a interligação entre a globalização e o neoliberalismo, Moraes e Franco (2009) analisam que a revolução da tecnologia de informação, que impulsiona a globalização, influencia diretamente na liberalização econômica, no sentido em que facilita e acentua o fluxo internacional de bens, serviços e capitais.

Com isso, a interligação da neoliberalização à globalização forma o que Nye chama de redes de interdependência as quais foram maximizadas “à medida que os custos da comunicação e do transporte declinaram e reduziram os efeitos da distância” (NYE, 2009, p. 243). Em meio a isto, é formado o fenômeno da “interdependência complexa”, onde há uma situação de reciprocidade entre os atores, gerando um estado de dependência mútua (NYE, 2009). No entanto, o autor ressalta a armadilha da interdependência assimétrica, que se caracteriza quando não há uma distribuição equitativa da dependência entre os atores, sendo esta uma constante na relação centro-periferia.

Em meio à profunda crise, a América Latina passou a adotar essas políticas liberalizantes em troca do reescalonamento da dívida e, assim, deu-se início ao Estado normal, que segundo a conceituação de Cerro (2003) é justamente o Estado nos padrões neoliberais, em que ele se abstém de grande parte de suas responsabilidades políticas, econômicas e sociais, deixando que estes elementos sejam regidos pela mão invisível do mercado.

Contradizendo, em partes, este momento de globalização, se desenvolve quase que concomitante a este período um movimento de regionalização, gerando a formação de diversos blocos regionais, em busca de maximizar seu poder de barganha no jogo de forças do cenário internacional. Mesmo que à primeira vista estes dois fenômenos, globalização e regionalização pareçam um paradoxo, na realidade, o fenômeno da regionalização pode ser entendido como um resultado da imprevisibilidade do sistema financeiro internacional em meio à globalização desregulamentada, uma vez que o sistema financeiro segue sem qualquer regramento desde a quebra do sistema de Bretton Woods. Assim, fica claro perceber a

importância dos blocos regionais, uma vez que eles trazem aos Estados certa previsibilidade de mercados e produtos, pelo menos no âmbito regional.

Frente a isso, a CEPAL define o “regionalismo aberto” como

un proceso de creciente interdependencia económica a nivel regional, impulsado tanto por acuerdos preferenciales de integración como por otras políticas en un contexto de apertura y desreglamentación, con el objeto de aumentar la competitividad de los países de la región y de constituir, en lo posible, un cimiento para una economía internacional más abierta y transparente¹⁸ (CEPAL, 1994, s/p).

O termo de “regionalismo aberto” por si só já trás uma grande ambiguidade, uma vez que, enquanto regionalismo identifica um determinado espaço, o termo aberto quer dizer exatamente o contrário, sem limitações quaisquer (CORAZZA, 2006). Mesmo assim, a região adota este tipo de regionalismo, sendo um exemplo disso o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) formado em 1991. Apesar de ter sido projetado na década de 1980 como um processo de integração, cooperação e desenvolvimento (BARBIERO, CHALOULT, 2001), com base nos moldes do conceito de mercado comum, com a livre circulação de todos os fatores de produção (incluindo pessoas), o MERCOSUL acabou sendo concretizado sob a égide neoliberal que imperava na década de 1990, levando o bloco a uma limitada atuação caracterizada pelo livre comércio, uma vez que a integração do fluxo de pessoas não é efetiva e a tarifa externa comum encontra dificuldades para ser acordada. Como pode-se verificar na própria descrição fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores (2014, s/p), o processo integracionista do MERCOSUL “caracteriza-se pelo regionalismo aberto, ou seja, tem por objetivo não só o aumento do comércio intrazona, mas também o estímulo às trocas com terceiros países”.

Em meio a este cenário de pós-Guerra Fria, globalização, regionalismo e neoliberalismo, os Estados Unidos se voltam à América Latina, após um longo período afastados em função do conflito leste-oeste e começam a investir na reafirmação de sua hegemonia na região, agora, fazendo-se uso, primordialmente, do comércio. Assim, após o primeiro passo dado com a formação do NAFTA, os Estados Unidos passaram a investir na expansão deste último ao restante do continente, por meio da ALCA, demonstrando o funcionamento da “Estratégia da Lagosta” de Alfredo Valladão, que é bem descrita por Vizentini:

¹⁸ “um processo de crescente interdependência econômica a nível regional, impulsionado tanto por acordos preferenciais de integração como por outras políticas em um contexto de abertura e desregulamentação, com o objetivo de aumentar a competitividade dos países da região e de constituir, na medida do possível, uma base para uma economia internacional mais aberta e transparente” (CEPAL, 1994, tradução nossa).

o NAFTA constituiria a cabeça, o centro nevrálgico; a América Latina seria o rabo, a retaguarda e reserva de mercado e recursos; as garras projetam-se sobre o Pacífico e o Atlântico, apoiadas nas alianças militares na Ásia e na Europa. Sua presença estaria destinada a evitar a emergência de potências hegemônicas nessas regiões [...], e seus golpes (intervenções) estariam voltados às áreas de instabilidade da linha que vai da Rússia ao leste da África, cortando o Oriente Médio. (VIZENTINI, 2001, p. 13)

Esta busca pela formação de blocos para impulsionar o comércio intra e extra-regional, nos leva ao debate sobre o papel da geografia nas relações econômicas e, principalmente, nas políticas que culminam em acordos de comércio e/ou blocos econômicos. Dentre os elementos mais importantes na definição da estratégia de poder por qualquer Estado está sua localização, ou seja, sua posição geográfica. Nesse sentido, destaca-se aqui a geografia econômica como um fenômeno preponderante no poder relativo do Estado, pois, enquanto de um lado o território influencia a economia por meio de fatores como recursos humanos e naturais, posição e acessibilidade e infraestrutura; a economia, por outro, influi no território mediante elementos como políticas macroeconômicas, desenvolvimento regional e ordenamento territorial (MÉNDEZ, 1997).

Ao colocarmos em pauta o posicionamento geográfico internacional do Estado, em função da grande interdependência econômica entre os diversos Estados no mundo globalizado, percebe-se outro tipo de influência, esta agora no âmbito externo, caracterizada, além de pela geografia econômica, pela geopolítica, onde a situação relativa aos países vizinhos tem uma relevante ingerência nas estratégias tomadas por cada Estado, ainda mais se há uma relação assimétrica de poder entre estes (BONFIM, 2005).

Nesse sentido, a importância da análise geopolítica e geoeconômica se expande com a ampliação do capitalismo, da globalização e do neoliberalismo, que resulta em uma busca constante por uma maior competitividade dos produtos no comércio internacional mediante a redução progressiva dos custos, levando-nos à teoria da localização das atividades econômicas (MÉNDEZ, 1997) e à economia espacial de Von Thunen¹⁹. A importância da localização no ciclo produtivo internacional cresce, segundo Méndez (1997), à medida que os grupos transnacionais se destacam no sistema como atores de peso e criam um sistema de produção mundial que busca aproveitar as vantagens comparativas (matéria prima abundante, legislações flexíveis, mão de obra barata, proximidade do mercado consumidor) que cada Estado ou região possui, expandindo, assim, seus lucros.

¹⁹ Em sua análise, Thunen buscava compreender as regras de localização dos empreendimentos para obter a maximização dos lucros (CLAVAL, 2005).

Por outro lado, ao invés de se colocar o Estado e seu posicionamento como elementos fundamentais ao desenvolvimento de suas estratégias, a geocultura coloca a cultura como um fator de suma importância para se compreender tendências dos Estados. Sobre a cultura, Claval (2007) defende que esta seria soma dos comportamentos, saberes, técnicas, conhecimentos e valores reunido pelos indivíduos ao longo de suas vidas e pelo grupo os quais fazem parte, ou seja, a cultura é uma herança que foi transmitida de geração à geração.

Neste sentido, a família e a sociedade como um todo transmitem constantemente seus hábitos alimentares, sua linguagem, seus símbolos, regras de comportamento, crenças, ideologia e etc. Ainda que a comunicação entre as culturas faça com que as culturas sejam elementos influenciáveis, mutáveis e até mesmo com facilidade extintos, Claval (2007) disserta que existem três tipos de obstáculos que impedem uma possível homogeneização cultural por meio do contato entre estas: a) a distância, que dificulta o direcionamento das informações; b) As diferentes convenções de comunicação empregadas, como os limites linguísticos; c) valores reconhecidos e códigos morais adotados, levando alguns grupos a recusar contato e/ou rejeitar a maior parte das informações passadas por outras culturas.

Em contraponto, Wallerstein (2007) defende que a formação da cultura gira em torno de como certos elementos foram manipulados a fim de se criar uma relação de confrontação entre universalismo e particularismo, unidade e diversidade, humanidade e raça, mundo e nação. O uso da cultura como fator de união ou antagonismo ao longo da história tem se apresentado tanto do lado das elites, quanto dos mais fracos, pois se os primeiros a usam para legitimar suas atitudes, os últimos utilizam da mesma ferramenta para se contrapor à elite dominante, usando da cultura como um elemento de identidade comum entre os dominados, o que Wallerstein (2007) denomina como “resistência cultural”.

La “cultura”, esto es, el sistema-idea de esta economía capitalista mundial, es el resultado de nuestros intentos colectivos históricos por aceptar las contradicciones, las ambigüedades y las complejidades de las realidades sociopolíticas de este sistema concreto.²⁰(WALLERSTEIN, 2007, p. 225)

Ao confrontarmos as ideias destes dois autores, percebe-se que geocultura é um elemento tão abrangente que dificulta sua conceituação e a constatação de suas origens. O mais proveitoso, portanto, seria estabelecer uma conversa entre estes dois posicionamentos, onde enquanto que a origem da cultura vem das características históricas concebidas pelo

²⁰ “A ‘cultura’, isto é, o sistema-ideia desta economia capitalista mundial, é resultado de nossas tentativas coletivas históricas em aceitar as contradições, as ambigüedades e as complexidades das realidades sociopolíticas do sistema concreto” (WALLERSTEIN, 2007, tradução nossa).

desenvolvimento e evolução dos povos, este sentimento de pertença à uma cultura passa a ser utilizado, e muitas vezes intensificado, a fim de se tornar em uma ferramenta de coesão e poder entre os mais diversos grupos, provocando alianças e rivalidades entre estes.

Um dos autores que trataram a cultura como elemento pivô de alianças e conflitos entre os diversos Estados do sistema internacional foi Samuel P. Huntington em sua obra *O Choque de Civilizações* de 1993. Em contraposição ao *Fim da História* de Francis Fukuyama (1989), Huntington (1993) defendeu que com o fim do conflito bipolar da Guerra Fria, que era pautado em questões políticas, econômicas e ideológicas, se iniciaria um choque entre as diversas civilizações, choque este determinado por suas diferenças culturais. Por conseguinte, o sistema internacional foi dividido em oito civilizações (ocidental e latino-americana, africana, islâmica, chinesa, hindu, ortodoxa, budista e japonesa) e em virtude de suas diferenças entrariam em conflito entre si, dando-se grande destaque ao conflito entre ocidente e a civilização islâmica.

A obra *O Choque de Civilizações* expõe de maneira clara a intersecção entre as definições de Claval (cultura como resultado do desenvolvimento histórico dos povos) e Wallerstein (cultural como resultado da manipulação por diferentes grupos para se criar coesão e poder). Em relação ao primeiro, tem-se a divisão das civilizações com base em elementos culturais de desenvolvimento histórico, apesar que muito gerais e superficiais, como religião e idioma. Já validando o posicionamento de Wallerstein, tem-se, primeiramente, que o simples fato de se supor um conflito entre as civilizações já emprega a cultura como um elemento de luta por poder. Além disso, a divisão das civilizações de modo a se criar uma coesão entre os ocidentais e latino-americanos frente ao restante das civilizações e ao mesmo tempo a generalização de outras culturas tão diversas, como africana, indica a manipulação da cultura a fim de validar sua tese.

Contrariamente à simplificação realizada por Huntington ao dividir as civilizações (com critérios não objetivos nem científicos), existe a preocupação de alguns autores em ressaltar a diversidade dentro de diversos blocos tidos como homogêneos. Ao analisarmos o caso latino-americano, apesar de haver um senso comum de se tratar a América Latina como um continente uniforme, fruto da colonização ibérica, Sierra (2008) ressalta a importância de não se cair neste erro de simplificar a região em busca de explicações globais. Isto porque, apesar de possuírem raízes nos idiomas e cultura ibéricas e terem como religião predominante o catolicismo, existem também diversas diferenças como: o tamanho territorial, o desenvolvimento industrial, a composição étnica, o desenvolvimento político-institucional e o vínculo com as economias centrais.

Sobre este último elemento, Russel e Tokatlian (2009) esquematizam cinco modelos de política exterior latino-americana frente aos Estados Unidos, com os quais podemos trabalhar a postura que cada governo na região acaba adotando no relacionamento com a potência hemisférica. Primeiramente, tem-se a estratégia de *acoplamiento*, que se define como o acompanhamento aos interesses estratégicos vitais dos Estados Unidos, regional e globalmente, defendendo-se o *status quo*. Seguindo, há a estratégia de *acomodamiento*, que seria o acompanhamento seletivo e pontual aos Estados Unidos, preferindo manter a harmonia com este último. Após, a estratégia de *oposición limitada*, na qual o país latino-americano desenvolve uma política mista com os Estados Unidos, combinando desacordo e colaboração, além de apoiar a integração regional em busca de se tornar mais forte frente os Estados Unidos. Em seguida, a estratégia de *desafío*, em que o governo latino-americano apresenta uma política de distanciamento e rechaço aos Estados Unidos em busca de contrabalancear seu poder. E, por fim, a estratégia de *aislamiento*, em que o governo latino-americano busca não chamar atenção, se colocando em uma posição marginal aos Estados Unidos.

Mais recentemente, o capitalismo vem passando por uma de suas maiores crises, iniciada em 2008, o que leva a pensar na falência do neoliberalismo, tendo em vista a perda de força de atuação do Estado diante da crise, paralelamente a acentuação de problemas socioeconômicos mundialmente, como a crescente desigualdade social. Visto este cenário, Assis (2010) defende que se está iniciando uma nova era, a Idade da Cooperação, em que se defende a cooperação entre os países, com os objetivos de evitar protecionismos e amparar as economias mais fracas.

Nesse sentido, seria importante ressaltar a notoriedade que está tomando a Cooperação Sul-Sul, a qual vem sendo muito valorizada pelos países emergentes no sentido de multiplicar parceiros comerciais, diversificar possibilidades de cooperação e ganhos econômicos e comerciais; além da possibilidade das alianças sul-sul alterarem o contexto decisório do sistema internacional (LIMA, 2005). Assim, a Cooperação Sul-Sul pode ser vista pelos países emergentes como uma válvula de escape frente a um sistema, todavia estagnado no *status quo* pós-Segunda Guerra Mundial, como pode ser notado no Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde são mantidos os “vencedores” da guerra.

4 VIA ATUAL: AS RELAÇÕES MÉXICO-ESTADOS UNIDOS

Maior potência mundial do pós-Guerra Fria, os Estados Unidos exercem uma grande influência no sistema internacional, o que não seria diferente em relação ao México. Com uma fronteira de 3.141 quilômetros de extensão, os vizinhos México e Estados Unidos compartilham uma histórica relação, que tem como elemento constante a desconfiança (BERNAL-MEZA, 2007; MANAUT, 2006). Em função dos conflitos ocorridos entre estes dois países, pautados principalmente no aspecto territorial, que vimos anteriormente, o México baseia sua desconfiança justamente sob este ímpeto expansionista e intervencionista estadunidense. Por outro lado, os Estados Unidos, possuindo instituições mais maduras, desconfia das instituições, governo e estrutura social mexicana, pois entende esta instabilidade de seu vizinho do sul como uma ameaça à sua segurança nacional.

A partir dos governos desenvolvimentistas mexicanos no século XX, a histórica desconfiança entre os vizinhos foi administrada por meio de uma troca de garantias. Enquanto os Estados Unidos não interviesses na democracia mexicana e em sua autonomia externa, o México garantiria a estabilidade interna no sentido de não perturbar a segurança nacional dos Estados Unidos. De acordo com Schiavon (2006), essa troca de garantias é fundamental e preponderante na relação entre México e Estados Unidos até os dias de hoje, pois quanto mais o México garantir sua estabilidade e a segurança de sua fronteira norte, maior será sua margem de soberania, por outro lado, “si no se garantiza dicha estabilidad y seguridad, Estados Unidos pressionará al gobierno mexicano para que modifique sus políticas de acuerdo a estas prioridades”²¹ (SCHIAVON, 2006, p. 2), limitando, portanto, a autonomia mexicana.

As mudanças do direcionamento da política econômica internacional e os abalos macroeconômicos sofridos pelo México levaram a uma aguda remodelação das relações México-Estados Unidos durante a década de 1980 no sentido de uma maior aproximação entre estes. Nos Estados Unidos, o enfraquecimento da União Soviética tornou a vitória estadunidense mais visível, o que acarretou na necessidade da nova hegemonia mundial direcionar seus olhares para outras regiões do mundo antes em menor evidência em suas estratégias. Enquanto isso, no México, o discurso estatal e protecionista caiu em meio aos diversos choques econômicos sofridos na década de 1970 e 1980, entrando em cena a concepção neoliberal, a qual redefiniu o projeto de desenvolvimento econômico mexicano,

²¹ “se não se garante esta estabilidade e segurança, os Estados Unidos pressionaram ao governo mexicano para que modifique suas políticas de acordo a estas prioridades” (SCHIAVON, 2006, tradução nossa).

que a partir de então partiria da estratégia de vinculação econômica ao exterior, mais especificamente aos Estados Unidos (ARRIAGA, 1995).

Com a falência dos Estados desenvolvimentistas na América Latina e a possibilidade de manter-se mais atento a seu hemisfério, os Estados Unidos, juntamente com instituições financeiras como o FMI e o Banco Mundial, passaram a financiar a implantação do neoliberalismo na região como forma de satisfazer as suas ambições econômicas. Pode-se perceber a partir desse momento, uma orientação das relações estadunidense em um sentido muito mais econômico, pois ao contrário do caráter político que carregava a Guerra Fria, agora os Estados Unidos precisavam se financiar como uma hegemonia mundial, e para isso era necessário estabelecer uma influência econômica de fato no continente²².

Já em relação ao México, o primeiro passo deste em direção a liberalização de sua economia foi adesão ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT – sigla em inglês) no ano de 1986. Internamente, o Estado mexicano passou por diversas reformas de caráter neoliberal no intuito de equilibrar seus indicadores macroeconômicos, como sua inflação e dívida externa pública, obtendo um significativo resultado (CEPAL, 2000), como se pode constatar nos Gráficos 1 e 2. Levando em consideração o período da década de 1980, quando estourou a crise da dívida, até antes da adesão ao NAFTA, percebe-se que o pico de 159% de inflação no ano de 1987, foi rapidamente baixado, chegando a 8,1% em 1993. De igual maneira, a porcentagem da dívida externa pública, que vinha em ascensão até 1987 chegando a quase 100% do PIB, sofreu uma significativa queda de por volta de 50% em 1988, reduzindo-se progressivamente nos anos consecutivos.

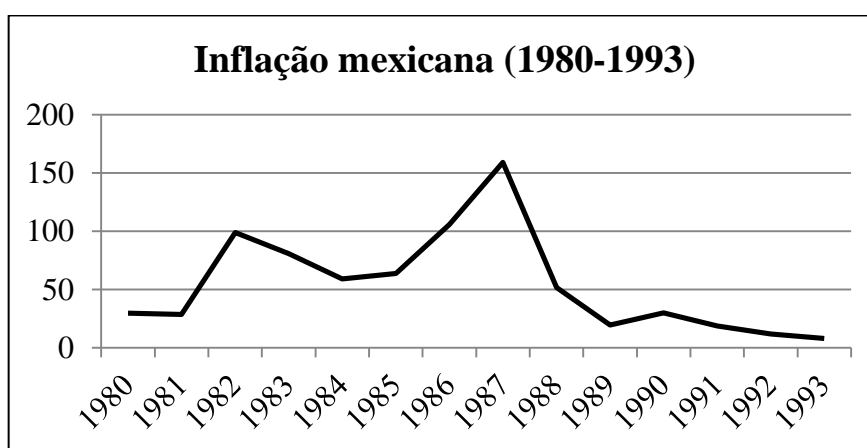


Gráfico 1 - Elaborado pelo autor com base nos dados do Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI) (2014)

²² É importante ressaltar que existe uma vinculação clara dos interesses econômicos sobre os interesses políticos, não podendo nunca desassociar um do outro, no entanto, o que se defende aqui é a ferramenta de intervenção estadunidense, que no pós Guerra Fria passa a ser a ferramenta econômica de forma mais incisiva, não deixando de lado, porém, o uso de intervenções políticas se necessário a fim de alcançar objetivos econômicos.

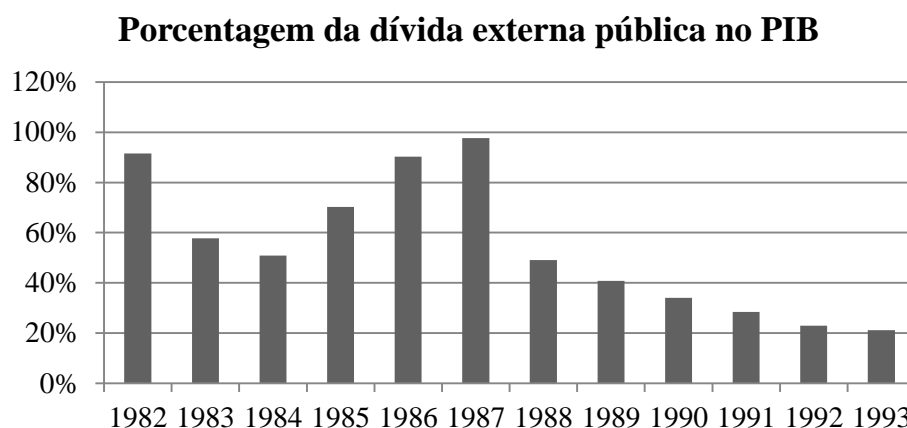


Gráfico 2 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo Banco do México (2014)

Por outro lado, apesar do sucesso no controle dos índices macroeconômicos, as políticas neoliberalizantes exigidas pelo FMI em troca da renegociação da dívida, como a desvalorização cambial (que chegou a 500%), o corte dos gastos públicos, a elevação da taxa de juros interna e o aumento dos preços e tarifas dos serviços públicos (MALDONADO, 2012), resultaram em sérias perdas sociais, como a desvalorização do salário real, o desamparo social frente ao corte de gastos com serviços públicos e, conseqüentemente, o empobrecimento da população em geral. Como se pode constatar pelo índice disponibilizado pelo Banco Mundial (2014) sobre a porcentagem da população de vive com menos de US\$ 2,00 por dia, houve um aumento da parcela de mexicanos nesta categoria durante este período, passando de 6,55% no ano de 1989 para 15,18% em 1992.

Uma das principais vias de introdução e manutenção do neoliberalismo em um Estado é a liberalização do marco regulatório dos investimentos estrangeiros, que no caso do México ocorreu por meio de progressivas mudanças na Lei de Investimento Estrangeiro (primeiramente em 1989 e depois em 1993), levando a um aumento exponencial dos investimentos externos diretos (IED) ao país. O IED dentro da liberalização econômica tem um papel fundamental, pois é por meio dele que se desenvolvem os processos de privatizações, ou seja, a medida que ocorre a liberação do acesso de capital externo ao país, este assume o papel de empresário, no lugar do Estado desenvolvimentista falido.

As principais vias pelas quais os IEDs se introduziram no México foram: a) pela compra, ampliação e modernização dos ativos provenientes da venda de empresas estatais; b) por investimento em projetos direcionados ao mercado estadunidense; c) pela ampliação e modernização das empresas estrangeiras já existentes; d) pela aquisição de empresas mexicanas; e por fim, e) pela fusão entre empresas mexicanas e estrangeiras (VEGA, 2003).

Dentre os principais investidores, os Estados Unidos foram o maior, como podemos constatar nos dados que apresentam que de 1980 a 1993 o IED estadunidense no México cresceu 325%, representando neste último ano 71% de todo IED recebido pelo Estado mexicano (Gráfico 3). Em relação ao destino do IED estadunidense, se destaca como principal o setor manufatureiro, mais especificamente as maquiladoras.

La inversión extranjera directa se ha incrementado respecto a los años previos del TLCAN, en varios espacios fundamentales de la economía: manufacturas básicamente compuestas por maquiladoras; corporaciones multinacionales de la industria automotriz, que tienen un ínfimo grado de integración con la economía nacional; [y] del comercio, como Wal-Mart, que ha venido a marcar modalidades distintas de consumo ²³(RUIZ, 2004, p.9).

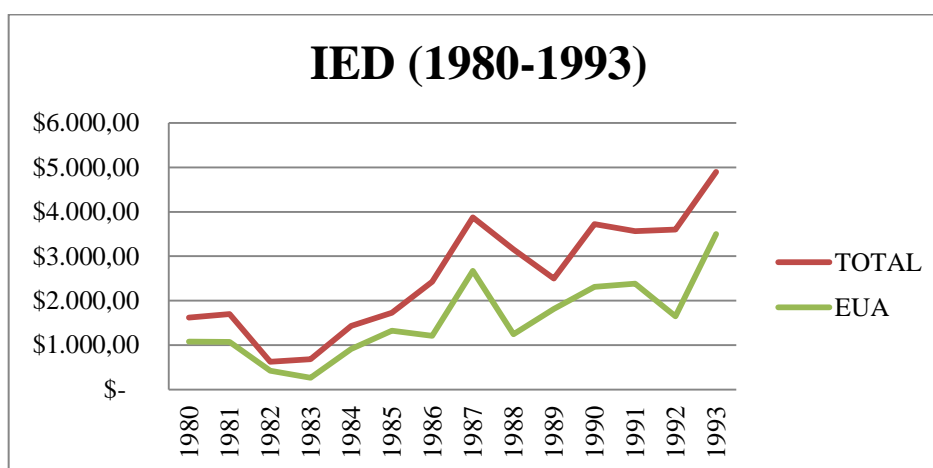


Gráfico 3 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo Banco do México (2014).

Como consequência, a economia mexicana foi se atrelando paulatinamente a dos Estados Unidos. Entretanto, ainda havia barreiras do lado estadunidense que dificultavam a entrada dos produtos mexicanos, o que resultava em um saldo negativo em sua balança comercial (Vide Gráfico 4). Isto é, apesar da economia e do mercado mexicanos estarem se abrindo aos investimentos e produtos estadunidenses, esta relação não era recíproca em função do protecionismo dos Estados Unidos, que impunha diversas barreiras, tarifárias e não tarifárias, as quais dificultavam a entrada de produtos mexicanos e, assim, colocava em risco o desenvolvimento do novo modelo de crescimento do México, voltado ao mercado exterior. Como podemos notar no Gráfico 4, à medida que aumentavam as trocas comerciais entre Estados Unidos e México, se acentuava também o déficit na balança comercial mexicana.

²³ “O investimento externo direto tem aumentado em relação aos anos anteriores ao NAFTA em várias áreas fundamentais da economia: manufaturas basicamente compostas por maquiladoras; corporações multinacionais da indústria automotriz, que têm um ínfimo grau de integração com a economia nacional; [e] do comércio, como o Wal-Mart, que veio para implantar distintas modalidades de consumo” (RUIZ, 2004, tradução nossa).

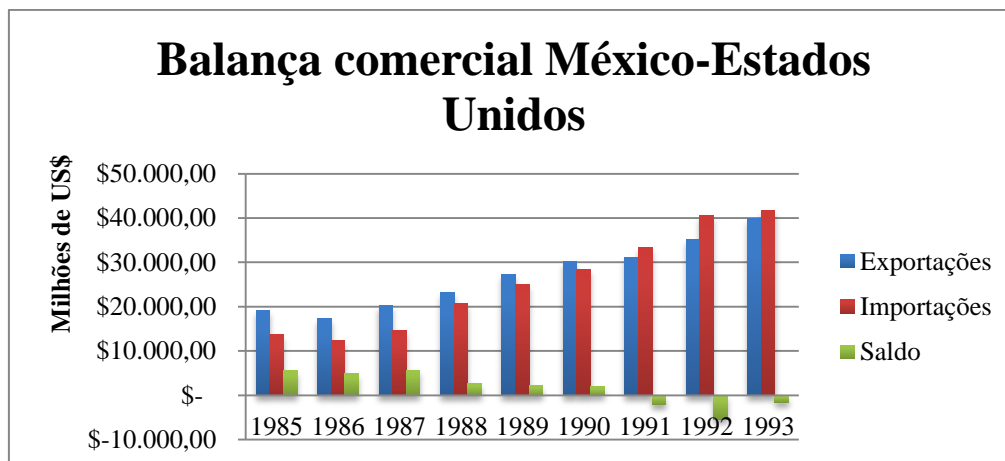


Gráfico 4 - Elaborado pelo autor com base nos dados do United States Census Bureau (2014)

Esta necessidade pelo mercado estadunidense crescia ainda mais conforme a produção nacional entrava em um processo de despetrolização²⁴ da economia como se pode ver na queda do rendimento do petróleo em relação ao PIB (vide Gráfico 5). Em contrapartida, o setor manufatureiro mexicano passou a se fortalecer com a liberalização econômica e a entrada facilitada dos IEDs (BRID, VALDIVIA, NÁPOLES, 2005).

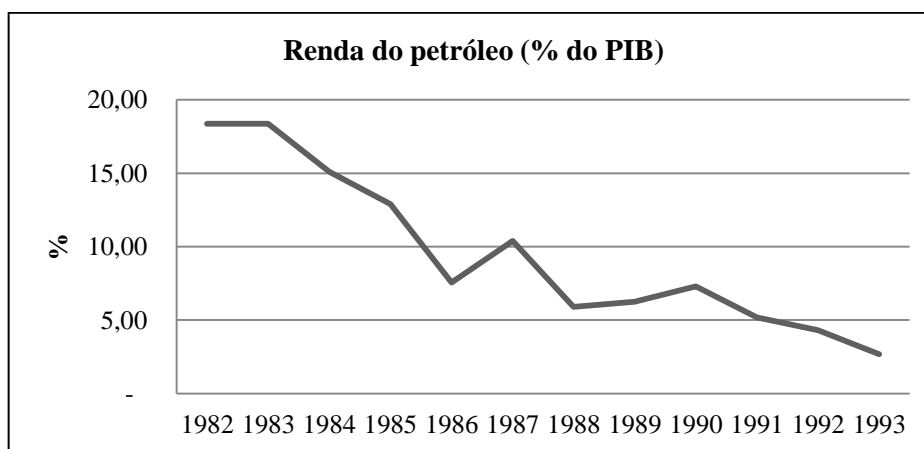


Gráfico 5 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2014)

Paralelamente a preocupação mexicana em relação à abertura do mercado de seu vizinho ao norte, os Estados Unidos passaram a perceber como um risco o surgimento de blocos econômicos ao redor do mundo, sendo os maiores competidores, de acordo com Sader (2002), a Comunidade Econômica Europeia (que posteriormente, com o Tratado de Maastricht se tornou a União Europeia) e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Neste contexto, os Estados Unidos começaram a vender a ideia da formação de

²⁴ Da década de 1970 até meados de 1980, o comércio exterior mexicano passou por uma etapa de petrolização da economia (RUIZ, 2004, p. 5).

uma área de livre comércio do Alasca à Terra do Fogo, como forma de assegurar sua supremacia no continente para, como afirma Hernández (2010), se inserirem comercialmente e obter as vantagens econômicas da América Latina (mão de obra barata, oportunidades de investimento, geração de economia de escala, conquista de mercado e etc.), e, com base nisso, se lançarem no mercado internacional de maneira mais competitiva.

Como forma de explicitar a estratégia dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (2002) descreve os principais objetivos da economia estadunidense frente ao mundo, sendo estes: implantar um sistema econômico internacional cujas normas garantam a livre circulação de bens, serviços e capital; manter a capacidade de proteção de setores da economia estadunidense ameaçados pela competição estrangeira; introduzir outros Estados a adotarem instituições, normas e políticas econômicas semelhantes às estadunidenses; garantir o acesso direto às fontes de matéria-prima, em especial à energia; garantir a liberdade de ação das empresas estadunidenses em outros países; e impedir a transferência de tecnologia, para inibir o surgimento de competidores nos mercados de alto valor agregado.

O processo de integração teve seu primeiro passo com surgimento do FTA entre Estados Unidos e Canadá, que iria se tornar, na visão mexicana, um risco aos seus produtos que se destinavam ao mercado estadunidense e que já encontravam dificuldades. Em resposta, o México propôs a formação de uma área de livre comércio na América do Norte, para assim assegurar a entrada mais facilitada de seus produtos no grande mercado consumidor estadunidense (HERNÁNDEZ, 2010), contribuindo, desta maneira, para seu crescimento pelo modelo *expor-led growth*.

Harmonizando-se com a proposta mexicana, de acordo com Sader (2002), a estratégia inicial estadunidense estava pautada, primeiramente, na criação de uma zona de livre comércio na América do Norte, que já garantiria acesso a uma vasta gama de oportunidades com o México, e posteriormente, esta zona seria paulatinamente estendida para o resto do continente, sendo o primeiro país latino-americano a ser agregado o Chile²⁵. É em meio a estas circunstâncias, portanto, que nasce o NAFTA.

²⁵ Como não é objetivo de nosso trabalho tratar sobre o intento da formação de um bloco pan-americano, só é importante ressaltar que esta estratégia de expansão do NAFTA posteriormente não conseguirá ser levada a diante, em função da crise financeira mexicana em 1994 e do fortalecimento do MERCOSUL, sendo mudada a estratégia para a formação direta da ALCA.

4.1 O MÉXICO NO NAFTA

Muito mais que apenas uma ferramenta econômica e jurídica para criar empregos, fomentar o comércio e atrair IED, o NAFTA para o México representou um fator importante para a concretização da mudança de paradigma de crescimento mexicano, com o objetivo de modernizar-se e inserir-se entre as economias desenvolvidas (HERNÁNDEZ, 2010). Nesse sentido, por meio do aumento das exportações, o México poderia inverter sua balança comercial com os Estados Unidos, o que lhe ajudaria a manter o equilíbrio macroeconômico e cumprir seus compromissos com a dívida externa.

Além disso, o bloco trazia outras expectativas, como o aumento do emprego no México, uma vez que se supunha que ao virem mais empresas e investimentos externos ao país, automaticamente isso teria um efeito positivo sobre a oferta de emprego. Outra grande expectativa da população mexicana era que o bloco gerasse uma convergência econômica e um equilíbrio de salários entre o México e os Estados Unidos, aumentando, portanto, os salários reais no país latino-americano (VEGA, 2003). Com este esperado aumento da renda dos mexicanos, se presumia que as migrações do sul para o norte diminuiriam drasticamente, o que era ansiado, principalmente, pelos Estados Unidos.

Após a formação da zona de livre comércio o sucesso no controle dos indicadores macroeconômicos foi garantido – seguindo a tendência que vinha ocorrendo antes mesmo da criação do NAFTA, com a liberalização econômica a partir de meados da década de 1980 – , com a contínua queda da inflação e da dívida externa pública (RUIZ, 2004).

Com a abertura ainda maior aos IED garantida pelo NAFTA, estes ganharam enormes proporções e foram de imensa importância para financiar a economia mexicana no sentido do desenvolvimento do setor manufatureiro, como no caso da recessão de 1994/1995, em que as empresas locais tiveram que se modernizar e se tornar mais competitivas para buscar mercados externos com o intuito de compensar o colapso do mercado interno (BRID, VALDIVIA, NÁPOLES, 2005). Além disso, o IED seguiu tendo um papel fundamental no financiamento das maquiladoras e das privatizações. Um dos setores mais afetados pelas privatizações foi o setor bancário, pois de acordo com Ruiz (2004), com exceção do BANORTE, todos os outros bancos mexicanos estão nas mãos do capital estrangeiro²⁶.

Apesar de continuar crescendo, o IED no México sofreu grandes abalos em função das crises internas (crise financeira mexicana de 1994) e externas (ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e crise econômica de 2008/2009). No entanto, mesmo com a relativa

²⁶ “BANAMEX fue vendido al CITIGROUP de Estados Unidos, BANCOMER a BBVA de España, SERFIN a Santander también de España y BITAL a HSBC de Inglaterra” (RUIZ, 2004, p.6)

recuperação do IED nos anos seguintes as crises, os investimentos estadunidenses vêm caindo e se distanciando cada vez mais do total recebido pelo México (Vide Gráfico 6), uma vez que enquanto em 2001 os IEDs estadunidenses representavam 72%, em 2013 estes só representam 34%. Na busca por entender este fenômeno, se faz útil analisar o crescimento de IED proveniente de outras regiões, o que nos leva a observar um aumento considerável, no entanto não contínuo, da participação dos investimentos provenientes União Europeia (Vide Gráfico 7).

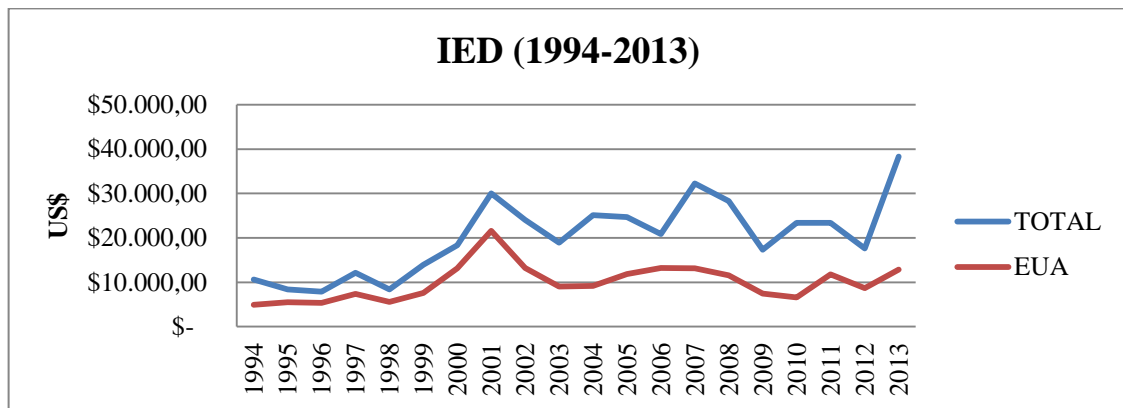


Gráfico 6 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pela INEGI (2014)

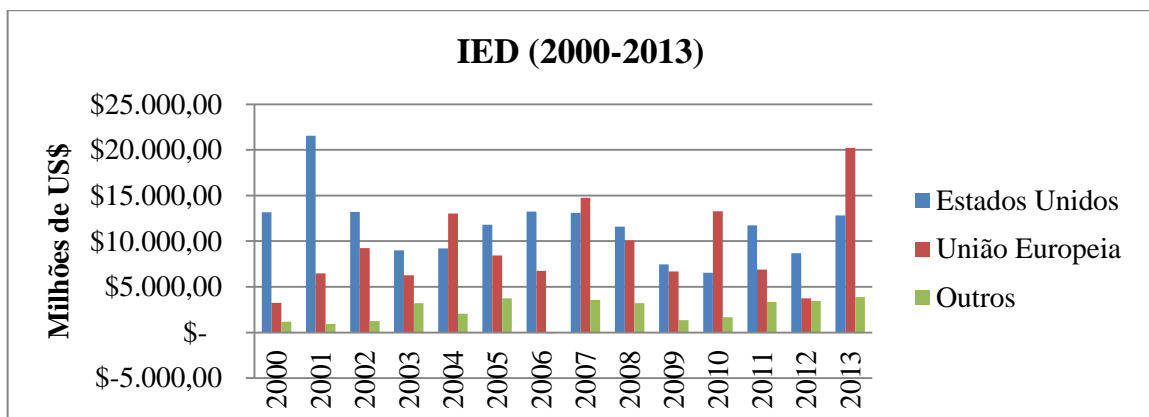


Gráfico 7 - Elaborado com base nos dados disponibilizados pela INEGI (2014)

Em relação ao comércio exterior, como se pode constatar nos dados seguintes (Gráfico 8), o incremento do comércio entre México e Estados Unidos é significativo, pois além do Estado mexicano ter conseguido inverter a balança comercial a seu favor já em 1994²⁷, este conseguiu obter uma porcentagem média de crescimento de 11% nas exportações e 10% nas importações entre 1994 e 2013. No entanto, percebe-se também o quanto a economia mexicana está atrelada à economia e à política estadunidense, pois em momentos de

²⁷ Segundo Peters (2000), a balança comercial mexicana logrou obter superávit neste ano por conta da desvalorização do peso e consequente contração nas importações, resultados na crise financeira de 1994.

crise nos Estados Unidos, como os ataques terroristas em 2001 e a bolha imobiliária em 2008/2009, ocorreram bruscas quedas no comércio entre estes, o que evidencia a interdependência assimétrica estabelecida entre estes dois Estados, refletindo em um aumento da vulnerabilidade externa mexicana.

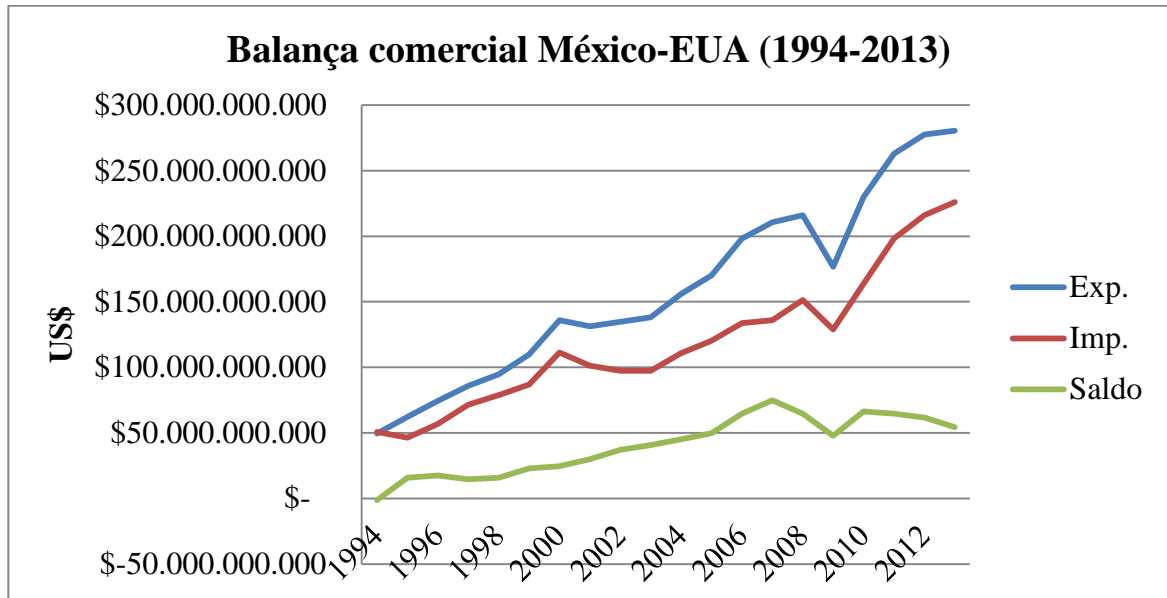


Gráfico 8 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2014)

Esta interdependência e vulnerabilidade ficam explícitas ao se analisar a porcentagem que o comércio com os Estados Unidos tem sobre o comércio exterior mexicano (Gráfico 9). Levando em consideração as exportações, estas chegaram a ser quase 90% destinadas ao mercado estadunidense entre 1998 e 2004. No entanto, se seguirmos a analisar o gráfico nos anos seguintes a este período de boom nas exportações aos Estados Unidos, se percebe uma pequena diminuição da proporção das exportações mexicanas ao mercado estadunidense.

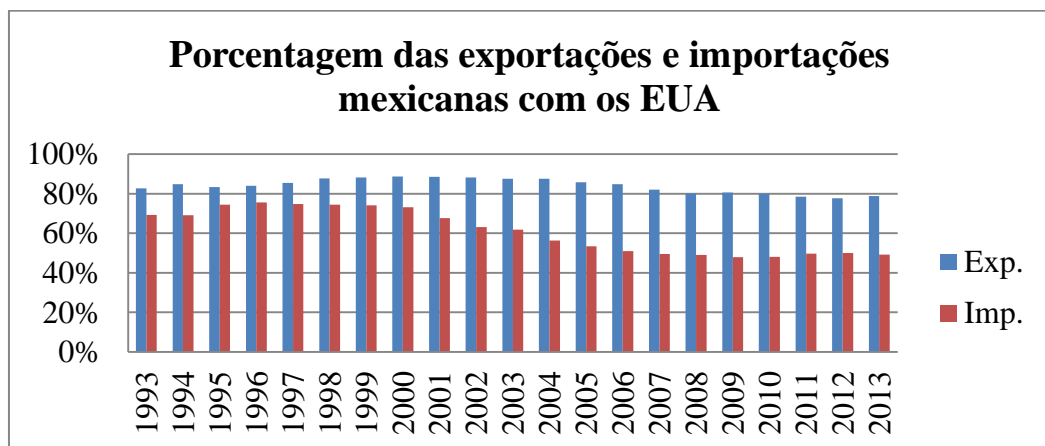


Gráfico 9 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2014)

Essa tendência de diminuição do peso das exportações aos Estados Unidos pode ser confirmada pela verificação de um relativo aumento da participação de outras regiões nas exportações mexicanas. Mesmo que uma grande diferença separe as exportações mexicanas com destino à América do Norte do restante, as exportações para a América Latina e Antilhas, Europa e Ásia²⁸, respectivamente, vem crescendo desde 2004/2005.

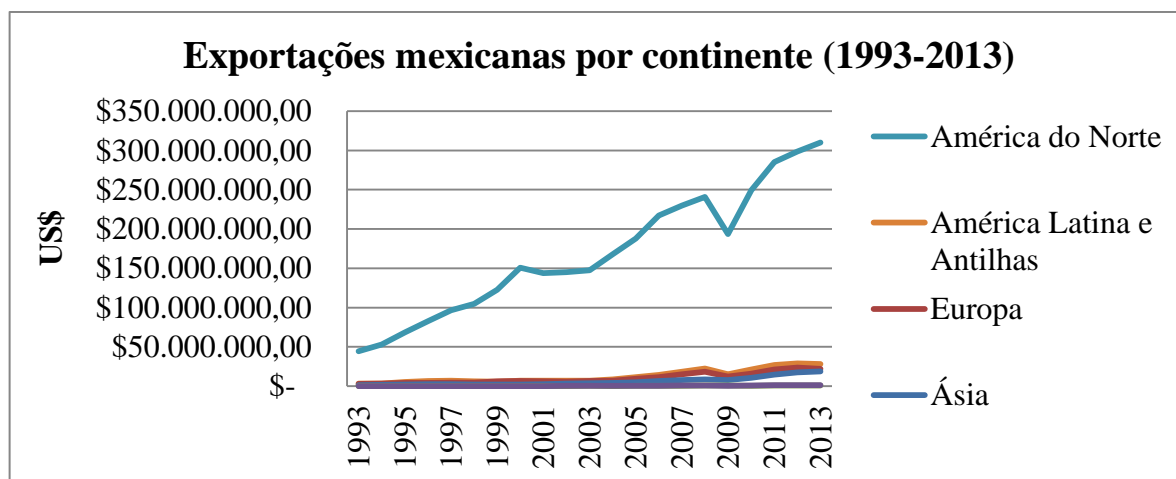


Gráfico 10 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2014)

Em relação às importações provenientes dos Estados Unidos (Vide Gráfico 9), estas apresentam uma porcentagem relativamente menor e vem diminuindo a uma velocidade mais acentuada, o que demonstra que nos últimos 10 anos o México vem buscando outras alternativas de importação. Além disso, a origem das importações recebe influência do aumento da presença de empresas asiáticas, principalmente chinesas (HERNÁNDEZ, 2010), gerando um desvio de importações estadunidenses. De acordo com Vega (2003) a razão que domina o México hoje em dia entre os fatores de localização industrial é de tipo geoeconômico, em função da redução dos custos de produção e transporte, ou seja, o Estado mexicano se tornou uma plataforma de exportação, mormente, destinada aos Estados Unidos, para empresas de todo o mundo.

²⁸ África e Oceania se mantêm basicamente na mesma linha de crescimento.

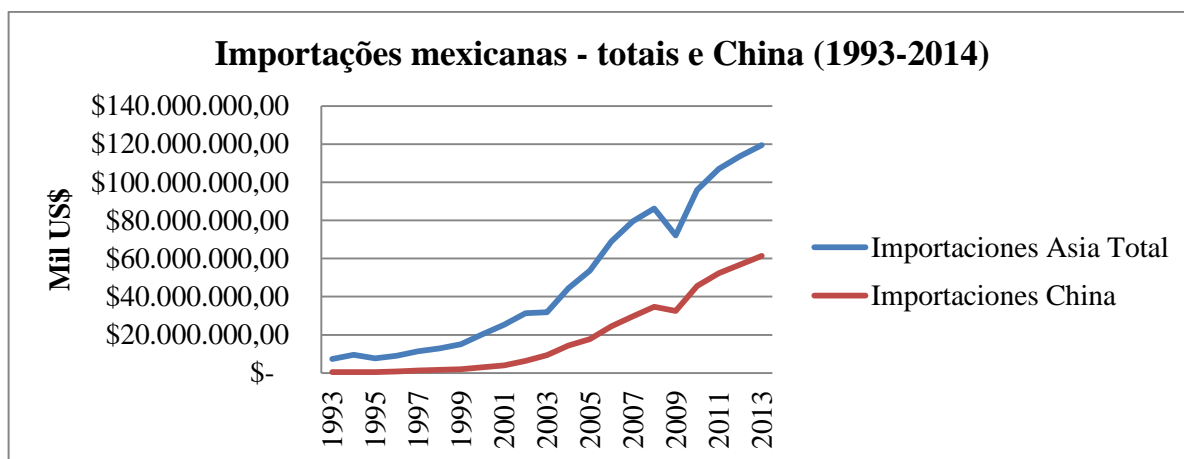


Gráfico 11 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2014)

Um fator preponderante para se entender a dinâmica do comércio exterior entre México e Estados Unidos é a maquilização da produção mexicana. O sistema empreendido pelas maquiladoras, de importação de produtos de alto valor agregado para aplicação de trabalho com o uso extensivo de mão de obra, e posteriormente, reexportação destes ao mercado estadunidense, cria uma relação de dependência entre as exportações e importações. A sujeição das exportações às importações ocasiona, de acordo com Vega (2003), uma falta de integração produtiva no México, isto é, por conta do setor exportador estar dependente das importações, não ocorre um encadeamento produtivo nas regiões onde se estabelecem as maquiladoras, o que afeta no desenvolvimento industrial mexicano.

[...] por un lado el TLCAN ha sido el vehículo para ofrecerle al consumidor mexicano una gran diversidad de mercancías; pero por otro se puede observar que hay una importante sustitución de bienes y servicios nacionales por extranjeros, que evidentemente se da en demérito de los productores nacionales.²⁹ (RUIZ, 2004, p.4)

Apesar do setor manufatureiro impulsionar o crescimento da economia conforme o novo modelo adotado pelo México, esta atividade é intensamente concentrada em um relativamente “pequeno grupo de empresas maquiladoras y de otra índole, con limitaciones para generar o profundizar sus encadenamientos con otras empresas establecidas en México, así como con una reducida participación en el empleo total” (PETERS, 2000, p.4).

Nesse sentido, Peters (2000) continua, afirmando que a maior parte das empresas mexicanas não tem participado deste processo de integração produtiva e crescimento

²⁹ “[...] por um lado o NAFTA tem sido o veículo para oferecer ao consumidores mexicano uma grande diversidade de produtos; mas por outro lado se pode observar que há uma importante substituição de bens e serviços nacionais por estrangeiros, que evidentemente se da em desfavor dos produtos nacionais” (RUIZ, 2004, tradução nossa).

econômico, o que também indica que a competição generalizada na qual o México foi imposto ao abrir seu mercado gerou um processo de falência de diversas empresas mexicanas, gerando um processo de desindustrialização³⁰. Apesar de as grandes empresas mexicanas terem conseguido se modernizar frente o aumento da competição (por meio do investimento em tecnologia e modernização, alianças, transnacionalização inovação de processos e produtos, participação na bolsa de valores), as pequenas sofreram com a forte concorrência de produtos estrangeiros que chegavam a preços mais baixos que os próprios custos de produção nas empresas mexicanas (VEGA, 2003). Vega (2003) complementa e afirma que frente a disputa internacional, o México teve que buscar formas de aumentar suas vantagens comparativas, e os métodos utilizados foram a redução dos níveis de salários, a flexibilização das regulamentações do mercado de trabalho e a redução das cargas tributárias para os investidores e produtores.

Além dos efeitos do NAFTA sobre a indústria mexicana, o setor da agricultura, apesar de ter sido beneficiado em relação a produção de frutos tropicais e com uso de mão de obra extensiva, sofreu uma grande perda relacionada a principal produção agrícola do país, tanto no âmbito econômico, quanto no social, o milho. Economicamente, o milho é o maior representante da produção agrícola (tanto em volume quanto em valor), e socialmente, ele é o elemento básico da dieta nacional. No entanto, em função de questões como a fertilidade do solo, condições climáticas e apoio recebido pelos produtores estadunidenses por meio de investimento em infraestrutura, crédito e investigação (VEGA, 2003), o México, na realidade, sofre desvantagem no plantio do milho em relação aos Estados Unidos.

Nesse sentido, no âmbito socioeconômico algumas expectativas idealizadas com a criação do NAFTA não foram alcançadas e até mesmo tiveram o efeito reverso ao previsto. A diferença do tamanho entre as duas economias, assim como a disparidade de Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e de salários, resultou na constituição de um bloco com benefícios em sua maioria restritos as grandes transnacionais (PETERS, 2000), que se aproveitaram do estabelecimento do livre comércio entre um país com um grande mercado consumidor e outro com vasta posse de matéria-prima e mão de obra barata.

Assim, a expectativa de aumento do salário real e vagas de emprego, não foram alcançadas, pois as principais empresas exportadoras, fonte de esperança aos pró-NAFTA, na realidade têm uma discreta participação na criação de emprego (PETERS, 2000), como

³⁰ De acordo com a Peters (2000), o processo de desindustrialização estaria ocorrendo tanto do México quanto nos Estados Unidos, em função do desenvolvimento tecnológico gerado na produção, aliado à mão de obra barata mexicana.

podemos notar no Gráfico 12, que mostra que apesar da brusca queda na taxa de desemprego no imediato pós-NAFTA, a partir de 2000 esta vem crescendo paulatinamente.

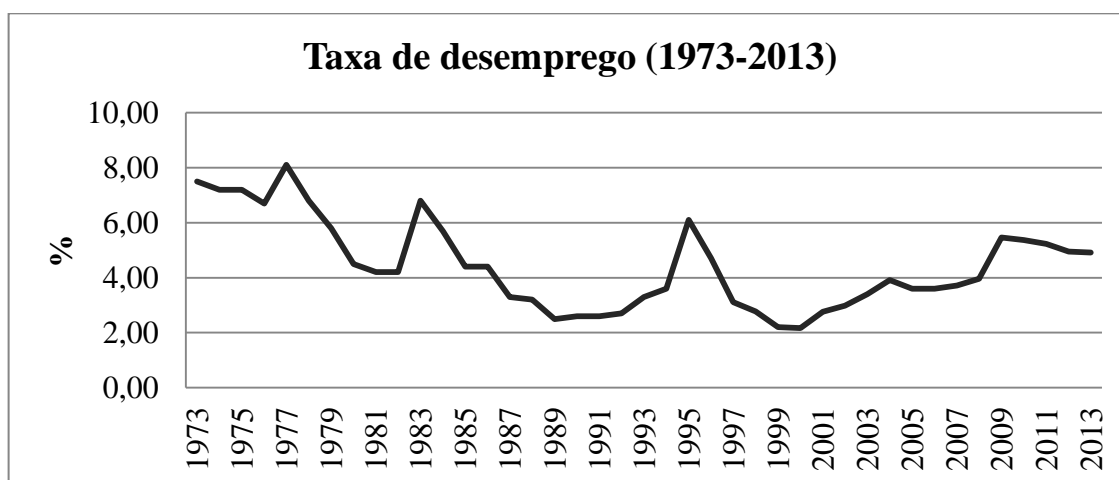


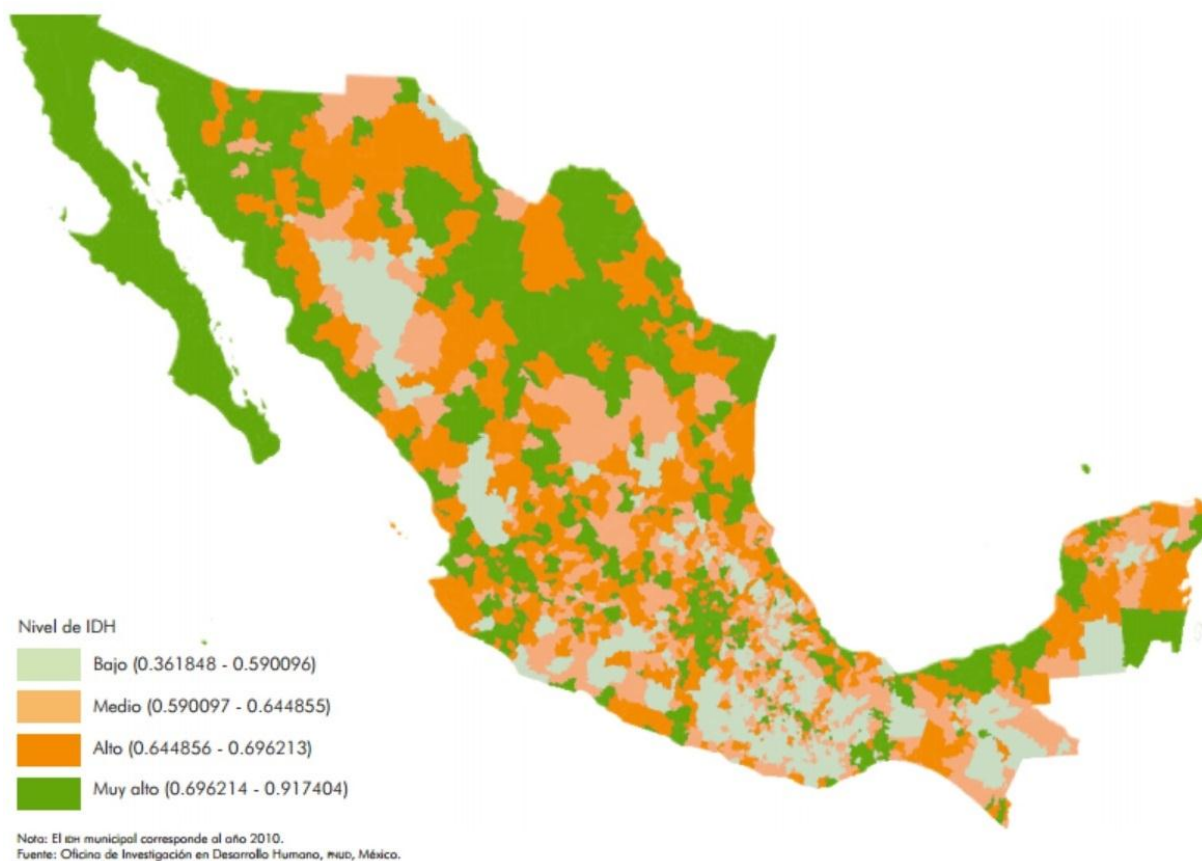
Gráfico 12 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2014)

Um dos fatores que pode ter refletido este efeito é a busca constante por substituição da mão de obra direta pelo uso da tecnologia para a maquinização dos processos, e assim reduzir os custos de produção. De maneira a sintetizar a situação do mercado de trabalho no México, Ruiz (2004) sustenta que o crescente incremento da população economicamente ativa, somado ao aumento da criação de fontes de trabalho não estáveis, como contratações por tempo determinado, e aumento do trabalho informal refletem em uma pressão ainda maior para baixarem os salários.

Segundo Ruiz (2004), desde que o NAFTA entrou em vigor, os salários mínimos reais indicam uma perda de poder aquisitivo de 80%, aumentando, por consequência os índices de pobreza, como constata o Banco Mundial, em que após consecutivas quedas na parcela da população abaixo da linha da pobreza entre 1994 a 2006 (de 52,4% a 42,9%, respectivamente), essa porcentagem começa a crescer, alcançando 52,3% em 2012, ou seja, em quase 20 anos de NAFTA, a maior parte da população mexicana continua abaixo da linha da pobreza.

Em termos de desenvolvimento regional, Vega (2003) afirma que o NAFTA reforçou a tendência, que se iniciou desde a chegada das maquiladoras, a um reordenamento espacial das atividades produtivas e do mercado de trabalho para a fronteira norte e algumas outras zonas e cidades do centro e do litoral, deixando, conseqüentemente, um grande vácuo de oportunidades no sul mexicano. Nesse sentido, Velasco, Cruz e Valdez (2007) atestam que a região que apresentou um melhor desenvolvimento humano foi a norte, enquanto que o centro se mantém praticamente estagnado e o sul com o desenvolvimento mais comprometido, como

se pode constatar no Mapa 1, que demonstra o índice de desenvolvimento humano do municípios mexicanos. Reflexo disso, pode-se destacar a atuação do EZLN a partir de 1994 em Chiapas, o qual luta pelos direitos dos povos indígenas e camponeses e contra o neoliberalismo.



Mapa 1 - Fonte: Índice de Desarrollo Humano Municipal en México (PNUD, 2014).

Como efeito cascata, a debilidade socioeconômica mexicana resulta no também fracasso da expectativa de queda nas migrações. Assim, a migração continua sendo uma válvula de escape (MANAUT, 2006) para a população mexicana (principalmente do sul pelo seu menor desenvolvimento) que não logra obter uma melhor perspectiva de trabalho e qualidade de vida como um todo, mesmo com a intensa fiscalização e estratégias de contenção realizadas pelos Estados Unidos, sendo a construção do muro na fronteira um dos elementos mais simbólicos contra a migração ilegal mexicana.

A administração de Fox buscou realizar um acordo migratório integral, conhecido como *la enchilada completa*, na tentativa de, segundo Manaut (2006), criar uma gestão compartilhada da segurança da fronteira, conceber documentação e anistia aos imigrantes mexicanos, além de regulamentar um capítulo sobre os direitos dos imigrantes mexicanos; no

entanto, com o advento dos ataques terroristas em 2001 aos Estados Unidos, a negociação foi finalizada e prevaleceu o conservadorismo estadunidense.

Como podemos notar no Gráfico 13, o fluxo migratório de mexicanos aos Estados Unidos cresce até 2007, e a partir de então se estabiliza, o que pode ser consequência, além das diversas barreiras à migração (legal ou ilegal), da crise econômica de 2008 que ainda repercute seus efeitos nos Estados Unidos.

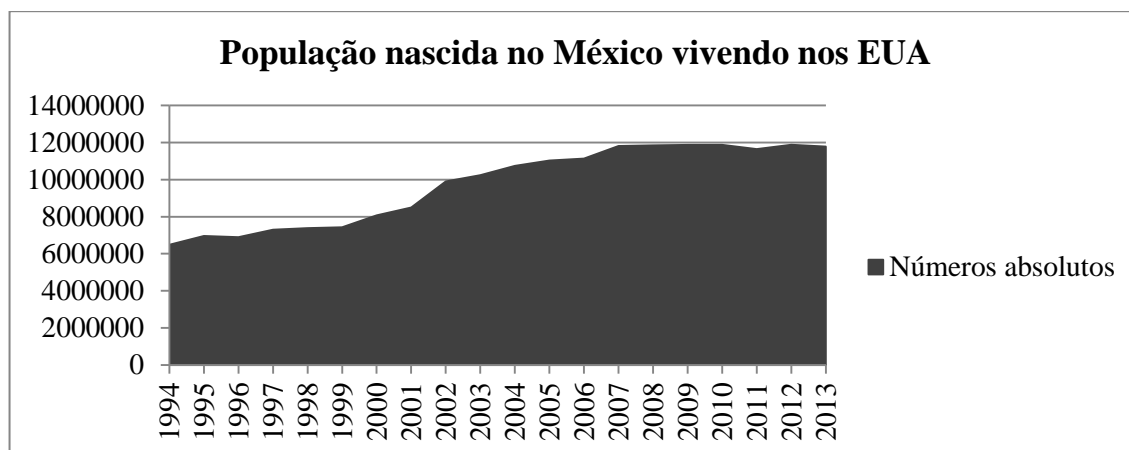


Gráfico 13 - Elaborado pelo autor com base nos dados do Consejo Nacional de Población (2014)

Resultado deste fenômeno migratório, as remessas dos imigrantes mexicanos às suas respectivas famílias no México têm um efeito de tal intensidade sobre a economia mexicana, como podemos notar no Gráfico 14, que – além de garantir a manutenção da qualidade de vida e até mesmo a sobrevivência de algumas famílias, já que o dinheiro enviado é muitas vezes sua única fonte de renda – estas totalizam, no ano de 2013, US\$21.892 milhões, superando o ingresso advindo do turismo (US\$ 13.948 milhões)³¹.

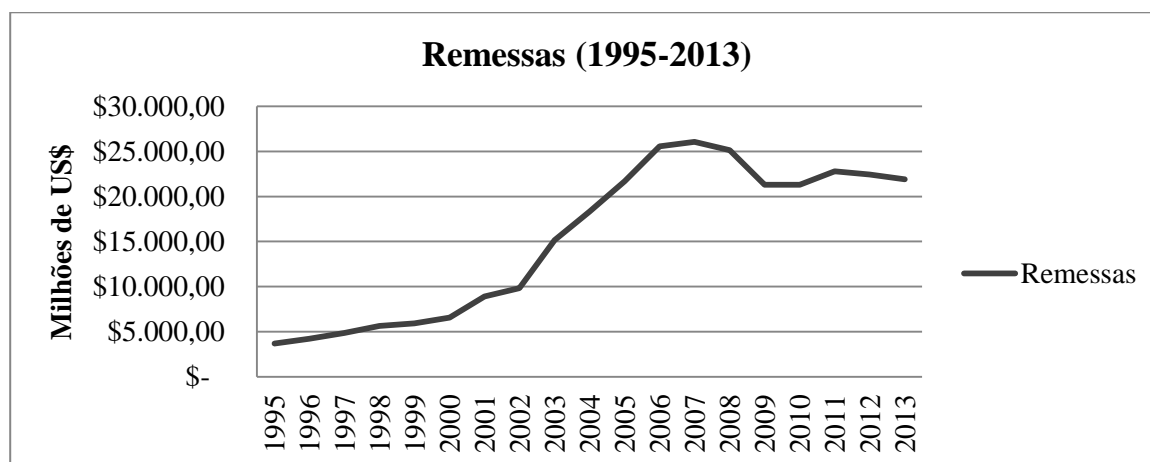


Gráfico 14 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo Banco do México (2014)

³¹ As remessas em 2013 só ficam atrás do ingresso gerado pelas exportações petrolíferas (US\$ 48.593 milhões) e do IED (US\$ 35.188 milhões).

Reafirmando-se a importância que tem para os Estados Unidos a manutenção do estado de segurança no México, em meio ao cenário de instabilidade causada pela securitização do terrorismo em nível mundial e pela evolução do distúrbio com o narcotráfico no México, foi formada em 2005 a Aliança para a Segurança e Prosperidade da América do Norte (ASPAN), cujo objetivo era criar um ponto de diálogo entre os países norte-americanos afim de aperfeiçoar a cooperação em matéria de segurança e economia entre os Estados participantes (MANAUT, 2006).

Um reflexo dessa aliança na relação México-Estados Unidos foi a Iniciativa Mérida³² firmada três anos após a ASPAN entre os Estados mexicano, estadunidense e América Central com a finalidade de combater o narcotráfico e o crime organizado. Em função do México ser a principal rota de cocaína e outras drogas aos Estados Unidos, os cartéis de droga passaram a ganhar uma enorme magnitude e poder no México, o que fez (e todavia faz) se acentuar os índices de violência, por conta de disputas por zonas de influência e conflito com as forças mexicanas. O resultado desta iniciativa (Gráfico 15) foi um aumento vultoso nos números de homicídio, que vinham em queda desde 1990. Esta intensificação da violência foi uma das principais críticas direcionadas ao governo Calderón (VILLAMAR, 2013).



Gráfico 15- Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2014)

Enfim, nestes vinte anos de NAFTA, percebe-se que apesar do intento de alguns governos em estabelecer uma integração mais sólida em que se abrangessem fatores sociais, este se manteve como uma pura área de livre comércio, onde os interesses são pautados,

³² Também conhecido como Plano México, em alusão ao Plano Colômbia, o qual possui características semelhantes.

mormente, sobre a ótica neoliberal, de abertura de mercados e redução do papel do Estado na economia.

De acordo com Brid, Valdivia e Napoles (2005, p. 18) “Existe un consenso cada vez más generalizado de que el impacto positivo del TLCAN parece haberse agotado”³³, pois apesar do sucesso na contenção do desequilíbrio macroeconômico pós crise da dívida, não se conseguiu alcançar um equilíbrio entre este ganho de estabilidade com as perdas econômicas (vulnerabilidade externa, maquilização da economia) e sociais (diminuição dos salários reais, desemprego, desenvolvimento regional desigual, aumento da pobreza, migrações, intensificação da violência).

³³ “Existe um consenso cada vez mais generalizado que o impacto positivo do NAFTA parece ter se esgotado” (BRID et. al, 2005, tradução nossa).

5 VIA ALTERNATIVA: AS RELAÇÕES MÉXICO-AMÉRICA LATINA

Ao longo de todos os presidentes mexicanos, se mantém o discurso da forte identidade e vocação latino-americana do México (GONZÁLES, 2006). Isto porque o desenvolvimento histórico, social e cultural cria um sentimento de pertença mexicana à América Latina de modo ao próprio México se colocar como um intermediador e/ou um dos líderes do subcontinente, como podemos constatar nos episódios das intervenções estadunidenses na região, tendo uma atenção maior aos ocorridos na América Central e Caribe (IRUEGAS, 2003).

No entanto, Gonzáles (2006) argumenta que existe uma brecha entre o discurso e a realidade, e, assim, emprega os possíveis motivos desta brecha em função de alguns obstáculos que tem impedido que os laços históricos e culturais se traduzissem em relações econômicas e cooperação política mais estreitas, contínuas e institucionalizadas. Um desses obstáculos é a incompatibilidade política entre os regimes, assim como, as divergências de projetos econômicos entre o México e a América Latina que durante distintos momentos seguramente dificultaram a aproximação entre estes.

Nesse sentido, percebe-se uma continuidade de governos tidos como democráticos no México, em contraposição ao estabelecimento de diversos governos de caráter ditatoriais e/ou militares no restante da América Latina ao longo de toda Guerra Fria, resultando no afastamento do México à região em função de sua instabilidade crônica. De igual maneira, no âmbito da compatibilidade econômica, a situação recente nos é bastante ilustrativa, pois enquanto o México promove uma inserção ao norte e de base neoliberal com face aos diversos acordos de livre comércio, outros grandes países da região, como Brasil, Argentina e Venezuela, vêm buscando uma inserção regional mais cooperativa em vista do desenvolvimento mútuo para um melhor posicionamento internacional.

Relacionado a esta diferença na estratégia de inserção econômica e política, tem-se um agravante que é a competição e rivalidade entre as potências regionais latino-americanas, pois, de acordo com Gonzáles (2006), existe uma falta de complementaridade econômica entre a região. Dentro desta competição destaca-se o Brasil, como um país que vem impulsionando uma integração primordialmente sul-americana, o que exclui automaticamente o México. Certamente, as barreiras físicas e geográficas entre a América Central e a América do Sul também se caracterizam como um obstáculo a uma concreta aproximação entre México e o restante do continente, assim como, pressupõe um forte vínculo do México com

os Estados Unidos e com os países centro-americanos e caribenhos, o que pode indicar uma divisão na América Latina.

Ao mesmo tempo em que há obstáculos, Gonzáles (2006) identifica fatores que tem incentivado uma aproximação entre México e América Latina. Dentre os fatores de aproximação, é evidente que, apesar dos diferentes níveis de intensidade, todas as nações latino-americanas sofrem de alguma forma influência da potência hemisférica e mundial, sendo assim, há um interesse conjunto de contrapesar a influência dos Estados Unidos fazendo-se uso, mormente, da diversificação de relações e busca de novos mercados.

Além disso, a proximidade geográfica se torna preponderante ao se tratar sobre o impacto direto ou indireto de acontecimentos regionais, como crises econômicas, instabilidade política e violência, o que reflete na necessidade do estabelecimento de cooperação entre os países latino-americanos no sentido de manter a própria segurança nacional. Ainda em relação à estabilidade dos países latino-americanos, muitas vezes a aproximação entre os países da região é resultado de uma pressão interna, criando assim a necessidade de se manter legitimidade do regime ou do jogo político interno.

Nesse sentido, o paradoxo histórico entre aproximação simbólica e distância real é explicado, de acordo com Gonzáles (2006), por meio da identificação de cinco características que marcam a existência de uma base de continuidade histórica no trato do México com a América Latina, que vai se adequando conforme a relação do momento histórico interno e externo do Estado mexicano.

A primeira característica exposta é os Estados Unidos serem o ponto de referência básico na formulação e desenvolvimento da política externa mexicana para a América Latina. Por conseguinte, Gonzáles (2006) defende que existe um padrão de relação triangular (relação bilateral México–Estados Unidos, relação Estados Unidos–América Latina e relação México com os demais países latino-americanos) que influencia no posicionamento do México frente à América Latina.

Isto é, o nível de atenção do México à América Latina responde às políticas e iniciativas dos Estados Unidos na região ou ao impacto dos eventos regionais sobre as relações do México com os Estados Unidos, o que sinaliza que neste triângulo México–Estados Unidos–América Latina o vértice de maior peso é o da relação com os Estados Unidos. Como consequência, as relações do México com a América Latina acabam tomando uma posição secundária dentre as prioridades deste país na política externa, posicionando-se à frente sua relação com os Estados Unidos (GONZÁLES, 2006).

A segunda característica, segundo Gonzáles (2006), define que o nível de atenção do México para a América Latina variou ao longo do tempo em função das intervenções estadunidenses, diretas ou indiretas, na região (o que reafirma os Estados Unidos como vértice principal na política externa mexicana para a região), assim como por conta das transformações políticas e econômicas no subcontinente. Ou seja, na grande maioria das vezes em que houve algum tipo de interação do México com a região, está foi resultado de instabilidade, seja ela por razões externas ou internas. Por conseguinte, são identificadas duas áreas de interesse na região com seu respectivo padrão de relação: a América Central e o Caribe, onde a integração ocorre seguindo um padrão de assimetria, em função da diferença de poder entre o México e os demais países da sub-região; e os cinco maiores Estados da América do Sul – levando em consideração Brasil, Argentina, Chile, Venezuela e Colômbia – com uma base de interação no princípio do equilíbrio de poder e na relação competição/cooperação.

A terceira característica identificada por Gonzáles (2006) é a proeminência dos interesses estratégicos, políticos ou ideológicos sobre os econômicos. Segundo o embaixador mexicano Gustavo Iruegas “La agenda bilateral con Estados Unidos contrasta con la agenda bilateral de México hacia prácticamente todos los países de América Latina”³⁴ (IRUEGAS, 2003, p.18). Ao contrário do relacionamento México-Estados Unidos fortemente marcado pelos interesses econômicos pautados no intenso contato comercial e financeiro, o laço entre México e América Latina é baseado nas afinidades políticas e esforços de concertação e diálogo político sobre a base de origens históricas, tradições culturais e valores comuns (GONZÁLES, 2006).

Logo, o interesse estratégico se da no sentido de usar a América Latina como um ponto de contenção ou equilíbrio em relação aos Estados Unidos principalmente no campo político. Já os interesses políticos e ideológicos estão ligados pela identificação cultural e pela similar subordinação internacional, o que impulsiona aspirações em desenvolvimento econômico e social similares entre as nações latino-americanas. Ademais, estes interesses também são pautados sob a ótica da pressão da política interna mexicana, pois se buscava, e, todavia, se busca nessa aproximação México–América Latina apaziguar as demandas dos

³⁴ “A agenda bilateral com os Estados Unidos contrasta com a agenda bilateral do México com praticamente todos os países da América Latina” (IRUEGAS, 2003, tradução nossa).

setores da esquerda nacional ou evitar o apoio por parte de atores internacionais a forças de oposição³⁵.

A quarta característica que marca a base de continuidade na relação México-América Latina é a ausência de vontade explícita e sustentável de projeção de poder sobre a região por parte do México, pautado, mormente, pelo seu caráter essencialmente defensivo em relação aos acontecimentos no subcontinente. Ao invés de se buscar a construção de uma zona de influência própria, de projeção de poder econômico, de exportação de um modelo próprio de desenvolvimento ou de promoção de uma visão alternativa de regras do jogo internacional, o México, na prática, busca usar a região como um contrapeso aos Estados Unidos, para conter os efeitos negativos dos problemas e crises ocorridas na região sobre si e para dar legitimidade interna ao governo. Ou seja, a atuação do México na região é primordialmente defensiva, sendo todos objetivos resposta a alguma agressão ou crise com possível reflexo negativo sob o Estado mexicano. (GONZÁLES, 2006)

Por fim, Gonzáles (2006) indica a quinta característica como a preferência mexicana pelo multilateralismo regional limitado, seletivo e jurídico. Isto é, o México geralmente não busca o aprofundamento de organizações multilaterais regionais no sentido se estabelecer um centro de cooperação diverso. A atuação mexicana é dirigida fundamentalmente pela atividade unilateral no âmbito na ONU e por meio de mecanismos de concertação política regional *ah hoc*, como, por exemplo, o Grupo Contadora.

5.1 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

De modo geral, desde a Segunda Guerra Mundial as relações do Estado mexicano com a América Latina têm uma natureza cooperativa com poucos casos de ruptura diplomática, apesar de diversas mudanças de governo não constitucionais na região, principalmente durante as décadas de 1960 e 1970, em função principalmente dos princípios da não intervenção e autodeterminação. Dentre os seis casos de ruptura diplomática ou retirada de representantes diplomáticos, se pode constatar que em cinco deles, os motivos para tais conflitos se relacionam de alguma forma aos interesses e/ou intervenções estadunidenses³⁶, o que confirma a primeira característica, levantada por Gonzáles (2006), da política exterior mexicana frente à América Latina como dependente da relação com os Estados Unidos.

³⁵ Isto se dá pelo descontentamento da esquerda mexicana frente à longa permanência do PRI no poder, assim como, o posterior revezamento do poder com o PAN no início do século XXI.

³⁶ A ruptura de relações do México com a Guatemala em 1959 foi o único caso puramente bilateral, resultado de um ataque guatemalteco à embarcações pesqueiras mexicanas (GONZÁLES, 2006).

Em 1960, quando o México rompeu as relações diplomáticas com a República Dominicana, esta foi resultado da resolução da OEA frente aos ataques dominicanos ao Estado venezuelano, que o México acatou. Já os rompimentos de relações com Chile (1973), Nicarágua (1979) e El Salvador (1980), todos seguiram à lógica do interesse mexicano em contrapesar as políticas estadunidenses na região e, assim, projetar uma imagem autônoma nacionalista e de pluralismo ideológico a fim de legitimar o próprio regime pós-revolucionário. O último rompimento de relações do México em relação à América Latina ocorreu em 2004 com Cuba em função da mudança na posição mexicana em matéria de direitos humanos em Cuba e o fim do acordo histórico de não intervir nos assuntos internos e não apoiar aos grupos de oposição em nenhum dos dois países³⁷. (GONZÁLES, 2006)

De maneira a facilitar a compreensão do desenvolvimento histórico do relacionamento do México com a América Latina, Gonzáles (2006) divide o período em quatro grandes etapas: da diplomacia de contrapeso jurídicista, da diplomacia de contrapeso via a diversificação, da estratégia de associação econômica especial com os Estados Unidos e do surgimento de um multilateralismo liberal incipiente.

Durante a etapa da diplomacia de contrapeso jurídicista (1945-1970) “la política consistió en una serie de reacciones defensivas frente a situaciones de cambio político en la zona que llevaron a acciones de intervención por parte de Estados Unidos”³⁸ (GONZÁLES, 2006, p. 488). O período pode ser dividido em dois momentos distintos, sendo que de 1945 a finais de 1950, o México mantinha uma indiferença geral frente à região e uma crescente desilusão com as instituições interamericanas, como a OEA; já de 1959 a 1970, o México passou por suas primeiras tentativas de uma política de diversificação por meio do uso da estratégia de contrapeso defensivo e defesa jurídica. Durante este segundo momento, sua estratégia se consistiu, primordialmente, no princípio da não intervenção, na desconfiança das instituições regionais (mas, ao mesmo tempo, cooperando informalmente com Estados Unidos no combate ao comunismo), no apoio aos projetos incipientes de integração sub-regional e regional – como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) –, na implantação de iniciativas de desarmamento nuclear regional e na aproximação com os países centro-americanos (GONZÁLES, 2006).

³⁷ De acordo com Gonzáles (2006), durante quase quatro décadas a relação de México e Cuba foi baseada em um vínculo singular, em que dois regimes não democráticos compartiam valores similares, provenientes de duas revoluções e dois nacionalismos, articulados frente à mesma presença hegemônica, e assim, enquanto o México se opunha ao isolamento internacional de Cuba promovido pelos Estados Unidos, Cuba não incentivaria movimentos da esquerda radical no México, mantendo a estabilidade do regime mexicano.

³⁸ “a política consistiu em uma série de reações defensivas frente a situações de mudança política na região que levaram a ações de intervenção por parte dos Estados Unidos” (GONZÁLES, 2006, tradução nossa).

Entretanto, com o esgotamento do modelo ISI, o fim do período de crescimento com estabilidade, a crise de legitimidade e erosão dos mecanismos de controle político depois de 1968³⁹ e o avanço do protecionismo estadunidense levaram o México a adotar uma diplomacia de contrapeso via a diversificação (1970-1990) para tentar sanar este momento de crise econômica e política. A resposta a estas instabilidades, segundo Gonzáles (2006), foi à busca por novos mercados e fontes de financiamento e a recomposição das bases do regime político mediante uma política externa visivelmente ativa.

Neste sentido, o México passou a levantar causas no sistema internacional em favor do multilateralismo, da reforma da ordem econômica internacional, das causas dos países em desenvolvimento, do pluralismo ideológico e do não alinhamento. Assim, iniciou-se uma aproximação mexicana à América Latina em busca de aliados para suas causas, principalmente aos governos revolucionários (GAVIÑO, 2008) da Venezuela de Carlos Andrés Pérez e do Chile de Salvador Allende. Contudo, apesar dessa aproximação política do México à América Latina, não houve avanços concretos em matéria de diversificação econômica, pois, segundo Gonzáles (2006)

Las principales limitaciones fueron de carácter interno, y tuvieron que ver con la incapacidad de llevar a cabo reformas para generar fuentes internas de financiamiento y ahorro, así como para dismantelar la red proteccionista que reducía la competitividad de la economía nacional.⁴⁰ (GONZÁLES, 2006, p. 492)

A partir das crises do petróleo na década de 1970, o ativismo diplomático mexicano passou a ser mais seletivo de maneira a diminuir o ativismo terceiro-mundista para se focar mais ao âmbito sub-regional e à coordenação com países em desenvolvimento, principalmente em relação à América Central e Caribe, exercendo uma postura de potência média. No âmbito político, segundo Gaviño (2008), houve um incremento nas relações com Cuba, colocando o México como mediador em relação aos Estados Unidos, além de o Estado mexicano ter apoiado a soberania no Canal do Panamá (1979), o que demonstra a pró-atividade da política externa mexicana na região durante o período.

No entanto, em função do recrudescimento da crise econômica mexicana na década de 1980, o México já não conseguia poder político nem econômico para atuar de forma

³⁹ Neste ano ocorreu o chamado Massacre de Tlatelolco, quando a polícia mexicana agiu contra um protesto estudantil que manifestava contra a situação política (falta de democracia) e econômica (instabilidade) do país, gerando o massacre que matou centenas de estudantes. (HERNANDÉZ, 2008)

⁴⁰ “As principais limitações foram de caráter interno e tiveram que ver com a incapacidade de realizar reformas para gerar fontes internas de financiamento e poupança, assim como para dismantelar a rede proteccionista que reduzia a competitividade da economia nacional” (GONZÁLES, 2006, tradução nossa).

unilateral nos conflitos centro-americanos, e assim, passou a utilizar do multilateralismo para não enfrentar sozinho as intervenções estadunidenses na região (GAVIÑO, 2008). Nesse sentido foram empreendidos diversos grupos multilaterais *ad hoc*, como por exemplo, o Acordo de San José, em que se estabeleceu uma coordenação com a Venezuela para o fornecimento de petróleo aos países centro-americanos e caribenhos em condições preferenciais, buscando assim amenizar as crises na região. Outra demonstração de grupo multilateral *ad hoc* com ativa participação mexicana é o Grupo Contadora⁴¹ de 1983 que nasceu com o intuito de financiar conjuntamente a paz na América Central e que em 1986 se expandiu como o Grupo do Rio, envolvendo toda a América Latina e Caribe, tornando-se um mecanismo de consulta e concertação política entre todos os países da região.

Esta ativa participação mexicana na região seguiu até meados do governo Salinas, em que apesar de no âmbito econômico o México ter tido buscado uma aproximação bilateral com os Estados Unidos, no âmbito da segurança, como nos conflitos na América Central, o Estado mexicano seguiu uma política de independência relativa através de sua participação em iniciativas regionais. Mas, com a pacificação dos conflitos na América Central e a aproximação do fim da Guerra Fria, o interesse especial do México pela região foi se reduzindo, assim como o peso das relações México-Estados Unidos foram aumentando. (GONZÁLES, 2006)

Logo, se inicia a etapa da estratégia de associação econômica especial com os Estados Unidos (1990-2000) e, conseqüentemente, o direcionamento do México ao papel de ponte entre a América do Norte e a América Latina. Segundo González (2006), a energia do México gastada no processo de liberalização e associação econômica aos Estados Unidos pela institucionalização do NAFTA, paralelamente à onda de democratização na América Latina, resultou em uma participação mexicana bem menos ativa na região (GAVIÑO, 2008; SUDAREV, 2013). Como influência do processo de liberalização interna, a relação México-América Latina passou a carregar um viés fundamentalmente comercial, por meio de acordos e tratados (GRANGUILHOME, 1994). Nesse sentido, González (2006) definiu o papel do México como rádio frente aos países latino-americanos mais desenvolvidos e de centro frente aos países menos industrializados da região.

Tendo em vista o advento dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos, o fator econômico passou a disputar atenção com a segurança nacional estadunidense, gerando uma grande perda no aprofundamento do NAFTA, principalmente no

⁴¹ Colômbia, México, Panamá e Venezuela.

questo da livre circulação do pessoas, de suma importância para o México. A partir de então, a relação México-América Latina passou a ser pautada pelo surgimento de um multilateralismo liberal incipiente (2002-2005).

Neste momento, se da continuidade e acentuação do papel do México de articulador entre o norte e o sul, por meio do fomento à liberalização econômica na América Latina concretizada em tratados de livre comércio e complementação econômica. Segundo Sudarev (2013) a perda de influência mexicana na região desde 1990 estava colocando em risco a estratégia estadunidense de criar um bloco de livre comércio hemisférico (GRANGUILHOME, 1994), o qual necessitava de aliados, e assim, o México deveria trabalhar para atrair os países latino-americanos para tal bloco.

No entanto, a falta de maioria no Congresso, somado às divisões entre as distintas forças políticas e ao 11 de setembro de 2001 geraram impedimentos para que se desse a atenção necessária à relação com a América Latina, o que resultou em um México que não conseguiu articular um projeto integral próprio e consistente que fosse além de continuar com a busca por acordos de livre comércio bilaterais e multilaterais. (GONZÁLES, 2006)

Em termos políticos, a administração Fox gerou diversas tensões com os demais líderes latino-americanos. Em resposta à crise de segurança no pós 11 de setembro, o México se retirou do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tratado do Rio) argumentando que este estaria obsoleto (foi assinado em 1947) e por isso era necessário uma modernização radical no sistema de segurança regional; apesar da expectativa mexicana em surgirem aliados nessa atitude, nenhum outro Estado seguiu o México. Outro evento de tensão foi o pedido feito por Fox para o então presidente cubano Fidel Castro de se retirar da Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento, realizada em Monterrey no ano de 2002, antes que o então presidente estadunidense George W. Bush chegasse ao evento. Além disso, os grandes esforços empreendidos por Fox para promover a ALCA também não agradaram muitos os líderes sul-americanos, como Hugo Chávez, Evo Morales e Nestor Kirchner. (SUDAREV, 2013)

Apesar de a periodização de Gonzáles (2006) não abarcar a administração Calderón, pode-se defini-la como uma continuação de Fox no envolvimento econômico com a região, como se pode constatar na cooperação realizada entre a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e a Pemex para a exploração de jazidas petrolíferas profundas (especialidade da empresa brasileira) e a formação da Aliança do Pacífico (2011). Já no âmbito político se buscou um apaziguamento e melhor concertação política, no sentido de amenizar as tensões políticas causadas no governo anterior. Como forma de comprovar tal tendência, Sudarev ressalta que

Antes de asumir oficialmente el poder F. Calderón había emprendido una larga gira por América Latina tratando de entablar los contactos personales con los líderes latinoamericanos y aliviar la tensión que tuvieron algunos de ellos en sus relaciones con V. Fox.⁴² (SUDAREV, 2013, p. 14)

Apesar do pouco de tempo de mandato de Peña Nieto, se destaca que em seu Plano de Ação Nacional, há um grande foco nas questões do livre comércio e da integração regional, o que aponta, mais uma vez, para uma continuidade no multilateralismo liberal, dando-se um grande destaque à Aliança do Pacífico. Em contra partida, Villamar (2013) destaca que ao longo do Plano, um dos mais importantes atores latino-americanos da atualidade, o Brasil, não é mencionado nem uma vez, o que indica uma negativa em relação a uma possível aliança entre estes dois países de peso na região em prol de uma integração mais ampla.

5.2 O MÉXICO NA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Os primeiros intentos de uma América Latina integrada iniciaram-se, todavia, durante as lutas por independência da região diante da metrópole. Vislumbrava-se que por meio da integração, mais especificamente da América hispânica, os colonos teriam mais forças para lutar contra as tropas espanholas, além de essa ser uma forma de se contrapor aos Estados Unidos, que cada vez se expandia mais e se tornava um ator de peso no continente. Um dos mais ilustres integracionistas a época da independência foi Simón Bolívar, o idealizador da Gran Colômbia (VILABOY, GALLARDO, 2000). No entanto, as divergências de interesse em uma colônia já fragmentada em vice-reinos fizeram com que se formassem pequenas repúblicas em um continente com dois estranhos gigantes, o Brasil ao sul e os Estados Unidos ao norte.

Após essa primeira tentativa de integração na região no período de independência, os Estados latino-americanos passaram um longo período uns de costas para os outros, mantendo suas relações especiais primordialmente com a Europa ou com os Estados Unidos. Com este cenário, apesar de ser oficialmente independente, a América Latina se permanecia uma colônia de exploração sem perspectivas de uma política externa autônoma para seu desenvolvimento nacional e regional.

Em 1948, intelectuais começaram a trabalhar em prol de um pensamento desenvolvimentista latino-americano com a criação da CEPAL, e a partir daí, foram se

⁴² “Antes de assumir oficialmente o poder, Calderón havia empreendido uma longa visita nos países da América Latina tratando de estabelecer os contatos pessoais com os líderes latino-americanos e aliviar a tensão que houve entre alguns deles com Fox” (SUDAREV, 2013, tradução nossa).

estabelecendo as bases para o avanço de projetos de integração. A partir de então, a CEPAL passou a defender a formação de um mercado regional, no entanto, limitado ao espaço sul-americano, de maneira a acelerar o processo de industrialização (ALMEIDA, CHALOUT, 1999).

Finalmente, em 1960, é assinado o Tratado de Montevidéu que cria a ALALC⁴³, sendo este o primeiro passo concreto à concertação política e econômica em prol da integração regional. Em um momento de uma política externa de contrapeso defensivo, o México integrou-se ao bloco em busca de balancear sua relação com os Estados Unidos. Com um objetivo ambicioso, a ALALC previa a construção de um mercado comum regional, por meio da formação de uma zona de livre comércio, em 12 anos. De acordo com Almeida e Chalout (1999) a ALALC trabalhava com base em negociações multilaterais

“de ‘listas comuns’ e ‘listas nacionais’, produto a produto, de reduções tarifárias e eliminação de restrições não-tarifárias, para a ampliação dos mercados, a liberalização do intercâmbio e o desmantelamento das medidas protecionistas vigentes no intercâmbio regional” (ALMEIDA, CHALOUT, 1999, p. 147)

Apesar deste primeiro esforço em prol da integração, a ALALC sofre um grande abalo entre 1964 e 1969 com a paralização das negociações multilaterais para a definição das “listas comuns”, que pode ser explicado pela onda ditatorial que começa a se espalhar na região. Almeida e Chalout (1999) explicam que entre 1964 até a década de 1980 os regimes militares na América Latina impulsionavam no âmbito econômico o modelo ISI através de fortes políticas protecionistas, e no âmbito político se negavam a ceder soberania para o desenvolvimento de um projeto integracionista, o que afetou significativamente o processo de integração que estava sendo impulsionado pela ALALC. Neste cenário, em 1970 foi realizada uma revisão do programa de liberalização do bloco, prorrogando a implantação de uma zona de livre comércio para até 1980.

Outra ferramenta integracionista que ganhou um forte apoio do México, em meio a sua política externa proativa e de liderança regional, foi o Sistema Econômico Latino-americano e do Caribe (SELA), em 1974, o qual nasceu com o objetivo de promover e coordenar estratégias regionais relacionadas à economia do subcontinente, a fim de se estimular a cooperação e a integração na América Latina e Caribe (GONZÁLES, 2006). Vale

⁴³ Os membros fundadores da ALALC, além do México, foram Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai; com a posterior adesão de Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela.

ressaltar que a SELA⁴⁴ mantém suas atividades até os dias de hoje, com reuniões ministeriais anuais, o que impulsiona a América Latina e Caribe a uma harmonização política e econômica em vista do fortalecimento da integração regional.

Em vista ao fracasso da ALALC, esta foi reformulada passando a formar a Associação Latino-americana de Integração⁴⁵ (ALADI) em 1980. Com objetivos bem menos ambiciosos, a ALADI se estabeleceu eliminando obrigações de elaboração de listas comuns e fixação de prazos para o cumprimento das metas integracionistas, e assim, cria-se um bloco mais flexível, com mecanismos de caráter bilaterais, para se formar uma área de preferências tarifárias. Desta forma, os países membros têm a sua disposição três mecanismos de integração: a) preferência tarifária regional, que se aplica a produtos originários dos Estados membro frente às tarifas de terceiros Estados; b) acordos de alcance regional, comuns a todos os Estados membros; e c) acordos de alcance parcial, com a participação de dois ou mais países da região (ALADI, 2014a).

Como podemos notar na tabela abaixo (Tabela 1), com o estabelecimento do mecanismo mais flexível da ALADI somado a liberalização econômica do México e da América Latina como um todo a partir de meados da década de 1980, foram firmados diversos tratados bilaterais entre o Estado mexicano e diversos membros da ALADI, em busca de se criar uma maior complementação econômica entre os membros. A parte da ALADI, o México também buscou outros diversos acordos com a América Central, região esta de suma importância para projeção de influência regional mexicana.

Acordos México-América Latina		
Iniciativas bilaterais	Acordos	
Argentina	Acordo de Complementação Econômica (1993) ¹	
Bolívia	Tratado de Livre Comércio (1994) ^{1 2}	Acordo de Complementação Econômica (2010) ¹
Brasil	Acordo de Complementação Econômica (2002) ¹	
Colômbia	Tratado de Livre Comércio entre México, Colômbia e Venezuela (1994) ^{1 3}	
Costa Rica	Tratado de Livre Comércio (1994)	

⁴⁴ Os seus membros são: Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trindade e Tobago, Uruguai e Venezuela.

⁴⁵ Seus membros são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Cuba	Acordo de Complementação Econômica (2001) ¹	
Chile	Tratado de Livre Comércio (1998) ¹	
Equador	Acordo de Alcance Parcial (1983) ¹	
El Salvador	Tratado de Livre Comércio entre México, El Salvador, Guatemala e Honduras (2001)	
Guatemala	Tratado de Livre Comércio entre México, El Salvador, Guatemala e Honduras (2001)	
Honduras	Tratado de Livre Comércio entre México, El Salvador, Guatemala e Honduras (2001)	
Nicaragua	Tratado de Livre Comércio (1998)	
Panamá	Tratado de Livre Comércio (2014)	
Paraguai	Acordo de Alcance Parcial (1993) ¹	
Peru	Acordo de Complementação Econômica (1987) ¹	Acordo de Integração Comercial (2011) ¹
Uruguai	Tratado de Livre Comércio (2004) ¹	
¹ Sob o marco da ALADI ² Decreto em 2010 põe fim ao efeito do TLC ³ Venezuela se retira do TLC em 2006		

Tabela 1 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pela Secretaria Econômica do México (2014) e ALADI (2014b)

Ao analisar-se o Gráfico 16, que nos apresenta a evolução da balança comercial do México com os demais membros da ALADI entre 1993 e 2013, vemos que a partir de 2003 tanto as importações quanto as exportações iniciaram um crescimento mais vertiginoso, dando-se um destaque maior ao período posterior a 2009, quando as exportações mexicanas ao bloco passam por um grande crescimento resultando em um acréscimo do superávit do México, visto que o saldo comercial até então era deficitário ou com um pequeno superávit. Ao compararmos com a periodização de Gonzáles (2006), se certifica que durante o período de 2002 em diante, caracterizado pelo multilateralismo liberal incipiente, houve uma busca mais enfática por incentivar o comércio com a região por meio dos acordos bilaterais, a fim de reverter seu déficit comercial.

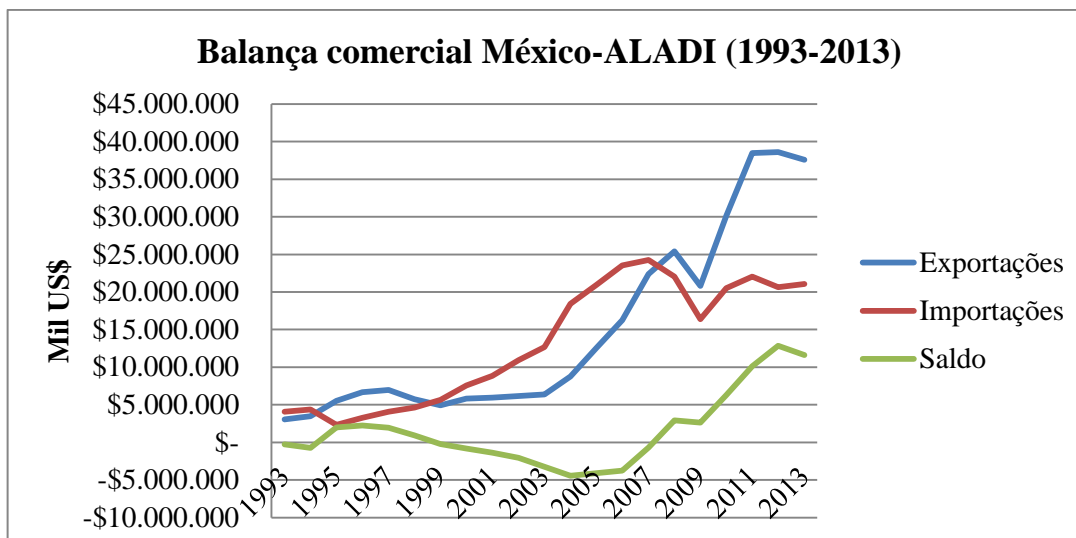


Gráfico 16 - Elaborado pelo próprio autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2014)

Ao mesmo tempo em que o neoliberalismo e a globalização foram intensificando os processos de liberalização comercial por meio de tais acordos, o fenômeno do regionalismo também ganhou peso, seguindo a estratégia de liberalização intrabloco a fim de fortalecer cada membro frente o comércio internacional cada vez mais competitivo. Nesse contexto, a América Latina iniciou um processo de fragmentação à medida que foram surgindo diversos sub-blocos econômicos na região. Como o México passou a investir na integração via bloco regional ao norte, sua estratégia de integração em relação à América Latina ficou, em grande medida, focada em acordos bilaterais, como vimos na Tabela 1.

Atualmente, há uma grande variedade de blocos econômicos com diversos eixos de “integración regional, que expresan la adopción de distintos modelos económicos, lo que a su vez es resultado de complejos procesos políticos y económicos que están teniendo lugar en la región desde inicios de la primera década del nuevo milenio”⁴⁶ (RUIZ, 2013, p. 12). Nesse sentido, como forma de melhor compreender como e onde o México se enquadra na integração latino-americana, se analisaram os três eixos de integração na região defendidos por Ruiz (2013): o eixo do regionalismo aberto, o eixo revisionista e o eixo antissistêmico.

Os dois grandes modelos do eixo do regionalismo aberto são também os quais o México tem sua maior participação e peso, o NAFTA e a Aliança do Pacífico. Segundo este modelo, os blocos se direcionam pela liberalização comercial primordialmente por meio de tratados bilaterais, seguindo o modelo do regionalismo estratégico, que de acordo com Ruiz

⁴⁶ “integración regional, que expresan la adopción de distintos modelos económicos, o que por sua vez é resultado de complexos processos políticos e económicos na região desde o início da primeira década do novo milênio” (RUIZ, 2013, tradução nossa).

(2013) tem uma marcada inclinação comercial via livre comércio para a abertura da região integrada à economia internacional visando o bem estar da população e o lucro.

O eixo revisionista é descrito por meio do Mercosul, o qual acompanha a construção de um novo regionalismo sul-americano, baseado na liderança brasileira. Outro exemplo citado por Ruiz (2013) é a União de Nações Sul-americanas fundada em 2008, cujas origens se estabelecem na Área Sul-americana de Livre Comércio (ALCSA), proposta em 1993. Ruiz define que “El eje revisionista sufre la transformación de un modelo de regionalismo estratégico a un híbrido que incluye elementos de los modelos de regionalismo social y productivo”⁴⁷ (RUIZ, 2013, p. 23). Tomando o Mercosul como exemplo, originalmente este bloco adotou o modelo de regionalismo estratégico⁴⁸, no entanto, a partir do Consenso de Buenos Aires⁴⁹ (2003), ele passou adicionar características do regionalismo social (como no Mercosul Social de 2005 e no Plano Estratégico de Ação Social de 2010) e produtivo (como pelo Programa de Integração Produtiva e pelo Fundo para Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul – FOCEM).

Finalmente, o eixo antissistêmico é representado pela Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), à medida que este representa um modelo de integração contrário aos ideais capitalistas e imperialistas. De acordo com Ruiz (2013), este eixo propõe políticas próprias do modelo de regionalismo social⁵⁰ e produtivo⁵¹, ao mesmo tempo em que se concebe como um modelo não capitalista, em que se busca o desenvolvimento por meio da cooperação.

Para a melhor compreensão da formação dos diversos blocos na América Latina e da relação do México com estes sub-blocos regionais e seus respectivos membros, tomemos como exemplos o Mercado Comum Centro-americano (MCCA), a Comunidade Andina, a Aliança do Pacífico e o Mercosul.

⁴⁷ “O eixo revisionista sofre a transformação de um modelo de regionalismo estratégico a um híbrido que inclui elementos dos modelos de regionalismo social e produtivo” (RUIZ, 2013, tradução nossa).

⁴⁸ Entende-se aqui o momento exato de sua criação e não de idealização.

⁴⁹ O Consenso de Buenos Aires foi um documento elaborado entre os então presidentes da Argentina, Néstor Kirchner, e do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, no qual estes se comprometem em “intensificar a cooperação bilateral e regional com vistas a garantir a todos os cidadãos o pleno usufruto de seus direitos e liberdades fundamentais, incluindo o direito ao desenvolvimento, em um âmbito de liberdade e justiça social” (CONSENSO DE BUENOS AIRES, 2003).

⁵⁰ Por meio da internacionalização de programas sociais nacionais (RUIZ, 2013)

⁵¹ O regionalismo produtivo da ALBA pode ser identificado por meio de diversos âmbitos, como por exemplo: as chamadas empresas Gran-nacionais, que buscam o desenvolvimento produtivo conjunto; a integração energética, com a Petrocaribe e a Petrosur; e a ECO Alba, que seria um espaço econômico comum para o desenvolvimento dentro do bloco. (RUIZ, 2013)

O MCCA⁵² tem uma especial relevância para o México em função de sua localização, seu posicionamento geográfico. Formado por pequenos países, o MCCA tem sua origem ainda em 1961 com o Tratado de Integração Centro-americana, que buscava promover a paz na região, que na época passava por diversos conflitos bélicos e intervenções. Atualmente, este processo busca um aprofundamento através da formação da União Centro-americana, aos moldes da União Europeia. Apesar de sua modesta relevância em benefícios econômicos em função de sua pequena economia, a aproximação do México ao bloco carrega um importante valor político e estratégico.

Um exemplo da relevância política da região ao México foi a formação do Grupo Contadora e, mais recentemente, o acordo firmado entre o México e a região (incluindo o Panamá), o Plan Puebla-Panamá, em 2001, que nasceu com o intuito de trabalhar como um instrumento de cooperação para o desenvolvimento regional, desde a região sul do México até o Panamá, pois, como relata Gonzáles (2006), a região sofre historicamente com problemas de pobreza, segurança e migração.

Através do Gráfico 17, fica clara a influência dos Tratados de Livre Comércio firmados entre o México e os membros do MCCA com o continuo aumento, principalmente das importações, desde 1995, passando por um boom em 2003, até a crise econômica mundial de 2008, quando com a queda nas importações, o comércio com a região começa a se tornar superavitário, se mantendo assim até os dias de hoje.

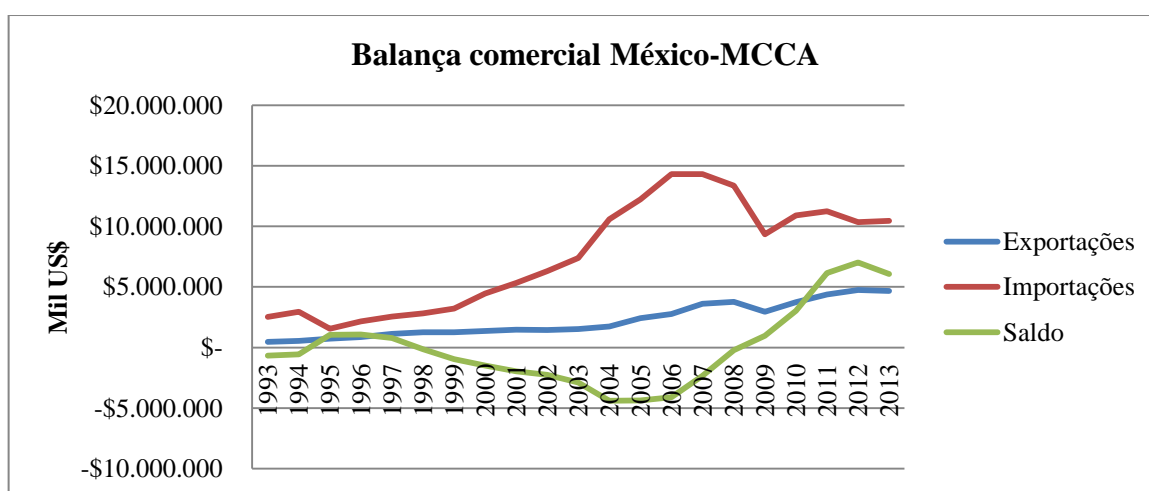


Gráfico 17 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2014).

⁵² Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua.

A Comunidade Andina nasceu em 1969 com o Acordo de Cartagena⁵³, em busca de se criar uma união aduaneira e econômica a fim de restringir a entrada de capital estrangeiro. Ao passar dos anos e modificação de seus membros, o bloco hoje tem como objetivo a criação de um mercado comum, para fortalecer seus membros e, assim, melhor defender seus interesses em meio à competição internacional.

A relação do México com a Comunidade Andina se apresenta como de grande relevância e se estabelece por meio de acordos e tratados bilaterais sob a regulamentação da ALADI. Um dos acordos mais ambiciosos foi o Tratado de Livre Comércio entre Colômbia, México e Venezuela firmado em 1994, conhecido como Grupo dos Três. Além do interesse econômico, estes três países, por sua localização geográfica, tinham uma grande preocupação com os acontecimentos na América Central. A relação com o outro membro do bloco, a Bolívia, também recebeu atenção, primordialmente comercial, como se nota no Tratado de Livre Comércio, também de 1994.

No entanto, mudanças de cunho político-ideológico em diversos governos da região afetaram o desenvolvimento desta aproximação comercial com o México. Os casos de conflito mais claro ocorreram com a Venezuela e Bolívia. No caso da Venezuela, com Hugo Chávez no poder (1999-2013) as relações entre este e os governos mexicanos se tornaram cada vez mais tensas. Ao contrário do direcionamento pró Estados Unidos do México, a administração Chávez adotava uma postura anti-estadunidense e anti-neoliberal, o que levou a retirada da Venezuela do Grupo dos Três em 2003, pois, segundo Chávez, este se baseava em princípios neoliberais (SUDAREV, 2013). Seguindo a mesma linha, a Venezuela se retirou da Comunidade, passando a investir, por um lado, em uma parceria com o Mercosul, até se tornar membro em 2012, e por outro, na ALBA⁵⁴, bloco de cunho esquerdista, criado em 2004 com o intuito de se contrapor a ALCA e criar uma rede de cooperação política, econômica e social entre os países da América Latina e Caribe.

Já a relação do México com a Bolívia passou a se tornar tensa a partir da administração de Evo Morales (2006 – atualidade). Assim como Chávez, Morales, sendo o primeiro indígena eleito a presidente no país, defende a soberania de seu país contra as privatizações e políticas neoliberais em geral, modificando-se assim o Tratado de Livre Comércio com o México, firmado em 1994, em um Acordo de Complementação Econômica, em 2010.

⁵³ Membros originários: Bolívia, Colômbia, Chile (se retira em 1976), Peru e Equador. Aderência da Venezuela ao Acordo em 1973 e retirada em 2011.

⁵⁴ Membros fundadores: Venezuela e Cuba. Posterior adesão de: Antígua e Barbuda, Bolívia, Dominica, Equador, Nicarágua e São Vicente e Granadinas.

No sentido contrário a essas relações conflitivas, o México aprofunda cada vez mais sua relação com Chile, Colômbia e Peru. Em relação a México e Colômbia, estes estabelecem uma parceria tanto no âmbito político, em função de ambos terem um posicionamento mais alinhado aos Estados Unidos, quanto no âmbito econômico, sendo o Estado colombiano o maior sócio comercial do México dentro da Comunidade Andina. De igual maneira, percebe-se a relação entre México e Peru frutífera, no sentido em que já de havia estabelecido uma cooperação desde o Acordo de Complementação Econômica de 1997, e que por meio do Acordo de Integração Comercial firmado em 2011, foi aprofundada durante a administração de Ollanta Humala (2011 – atualidade). A relação com o Chile é ainda mais harmoniosa, visto que os dois países passaram por uma profunda liberalização de suas economias, e, assim, mantém uma parceria comercial desde o Tratado de Livre Comércio de 1998 até os dias de hoje.

No Gráfico 18, que apresenta a balança comercial mexicana em relação aos países da região andina⁵⁵ no ano de 2013, percebemos o destaque das relações México-Colômbia, estabelecendo o Estado colombiano como maior parceiro comercial do México em toda a região andina. Outro país que se destaca é o Chile, com um saldo comercial mais equilibrado do que o com a Colômbia. Em um primeiro momento, identificar a Colômbia e o Chile como importantes parceiros comerciais do México não seria surpresa se analisarmos sob a ótica de afinidade política. No entanto, outro importante parceiro comercial é a Venezuela, com quem, apesar de se estabelecerem poucas importações, tem um alto valor de exportações, passando até mesmo das exportações destinadas ao Chile. Nesse sentido, podem-se definir as relações comerciais mexicanas como pragmáticas e variáveis de acordo com as oportunidades e complementaridade da economia de cada país, mesmo com a incompatibilidade política-ideológica que possa haver.

⁵⁵ Leva-se em consideração aqui os seguintes países: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

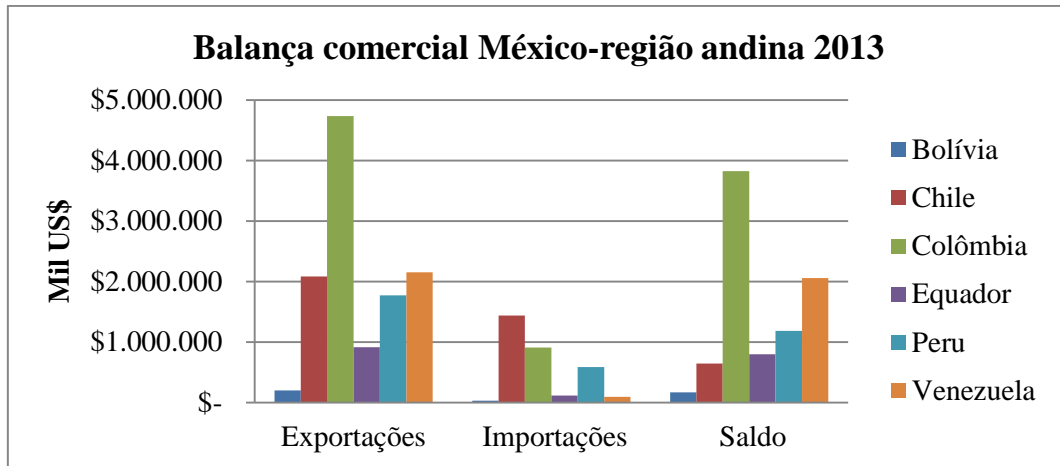


Gráfico 18 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2014)

Como concretizador da boa relação entre Colômbia, Chile, México e Peru, que se caracterizam como impulsores do liberalismo e da abertura comercial (CARDOSO, 2013), no ano de 2011 foi formada a Aliança do Pacífico, uma iniciativa de integração regional com os objetivos de se estabelecer uma zona de circulação de bens, serviços, capitais e pessoas; impulsionar o desenvolvimento, crescimento econômico e competitividade dos Estados membro; e se tornar uma plataforma de projeção, em especial, ao Pacífico (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2013). No entanto, apesar deste projeto se idealizar como um forte mercado comum, pelo menos em seus anos iniciais, não é possível avaliar um grande avanço no comércio do México em relação aos demais membros da Aliança do Pacífico. Como se pode constatar no Gráfico 19⁵⁶, não houve um aumento substancial no comércio entre o bloco.

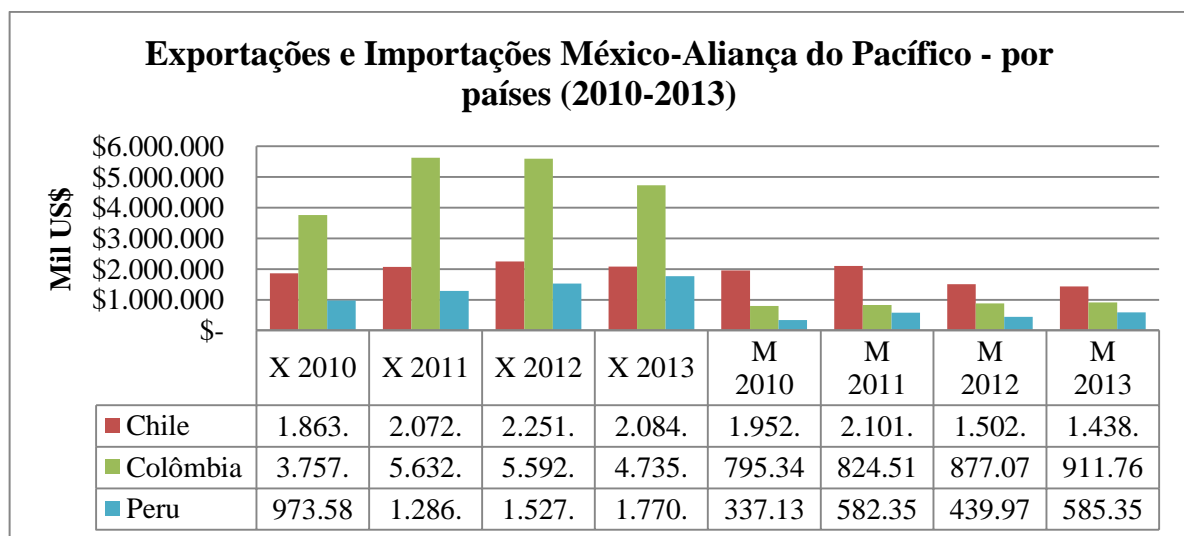


Gráfico 19 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2014)

⁵⁶ Leva-se em consideração que X representa as exportações e M representa as importações.

Por fim, a relação do México e o Mercosul se desenvolve mais lentamente. Firmado em 1991, pelo Tratado de Assunção entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Mercosul visa estabelecer uma maior integração entre estes países, por meio do estabelecimento de uma zona de livre circulação de bens, serviços e fatores de produção, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum e de uma política comercial comum. A aproximação do México ao bloco iniciou-se em 1995, a fim de se firmar um acordo comercial. No entanto, segundo Alperstein (2006), a divergência de visões entre o México e os membros do Mercosul dificulta o processo de negociação.

De um lado, o México tem o interesse de firmar um acordo de livre comércio amplo, incluindo, além de bens, serviços, investimento, propriedade intelectual e compras governamentais. Por outro lado, o Mercosul prefere um acordo limitado, aos moldes de um Acordo de Complementação Econômica da ALADI, se estabelecendo preferências a determinados produtos somente. O resultado desta dicotomia de visões foi a sobreposição da visão do Mercosul, tendo sido firmados Acordos de Complementação Econômica entre o México e os membros do Mercosul, a exceção do Uruguai, com quem foi firmado um Tratado de Livre Comércio, em 2004.

O principal setor beneficiado destes acordos entre México e Mercosul é o setor automotivo, em que se estabeleceram bases para o livre comércio deste setor, com o objetivo de promover a integração e complementação produtiva entre estes países. Ademais, a pauta comercial entre estes se concentram principalmente em produtos de alto valor agregado, o que pode significar uma perspectiva de integração ainda maior.

Os dados do comércio exterior entre México e cada membro do Mercosul demonstra uma grande discrepância entre o comércio com o Brasil e com os demais membros. A porcentagem que as exportações destinadas ao Brasil representam do total das destinadas ao Mercosul cresce de 29% em 1993 para 54% em 2013, já as importações mantém uma média de 69% do total importado por todos os membros do Mercosul ao longo destes vinte anos analisados.

De igual maneira, o ritmo de crescimento do comércio (Gráfico 20 e Gráfico 21) entre estes também é diverso entre os membros, mais uma vez ganhando destaque para o vertiginoso crescimento do comércio, tanto das exportações quanto das importações, entre o México e o Brasil, enquanto que o comércio com Uruguai e Paraguai é quase nulo. A média de crescimento das exportações mexicanas ao Brasil é de 10% e as importações de 3%. Enquanto isso, as exportações mexicanas aos demais membros do Mercosul tiveram uma média de crescimento de 5% e as importações de 4%.

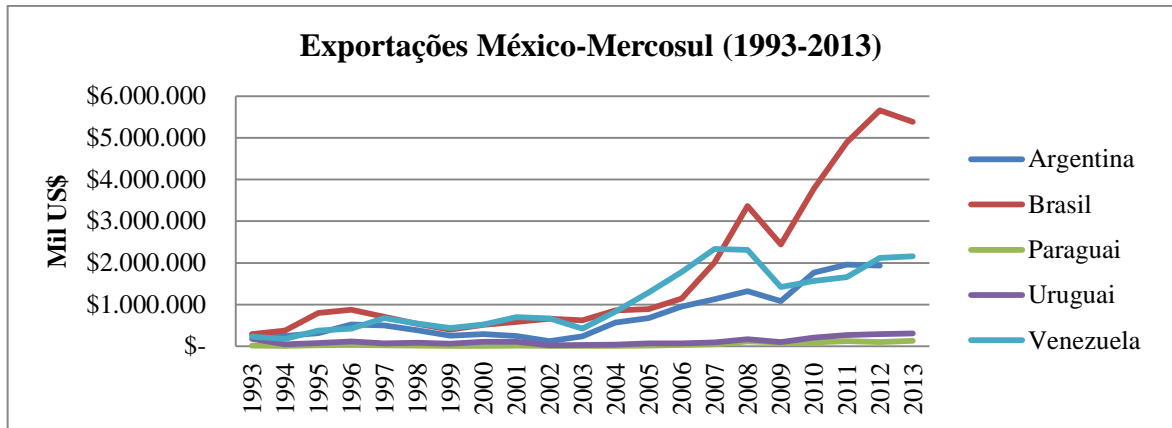


Gráfico 20 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2014)

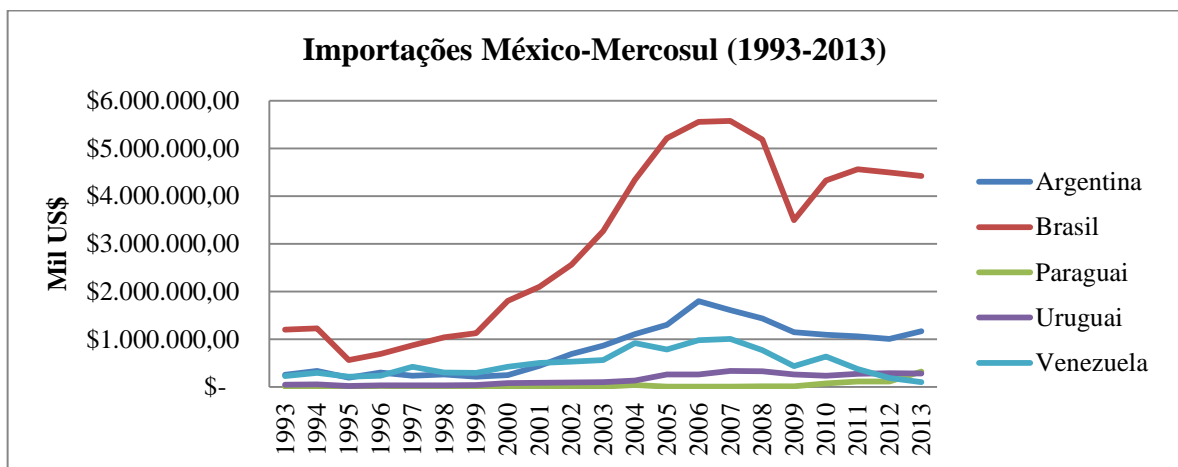


Gráfico 21 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2014)

Visto a relação mexicana com estes blocos e seus respectivos membros, se pode afirmar que o México busca uma integração com a América Latina aos moldes do eixo do regionalismo aberto por meio do modelo de regionalismo estratégico, tanto ao se analisarem suas relações bilaterais quanto ao destacar os blocos nos quais o México tem uma maior atuação, assim como, a maneira pela qual o México busca se aproximar de tais blocos.

Em relação à relevância econômica de cada bloco para o México, por meio de uma análise comparativa no ano de 2013 entre o MCCA, a Comunidade Andina, a Aliança do Pacífico e o Mercosul (Gráfico 22), tem-se que este último se caracteriza como o principal destino das exportações mexicanas, enquanto que o MCCA é a maior fonte de importações. Este fenômeno acontece em função dos diferentes tipos de complementaridades que cada bloco tem com o México, sendo que o MCCA é um grande fornecedor de matéria prima e o Mercosul o maior mercado consumidor da América Latina. Já a relação com Comunidade Andina e a Aliança do Pacífico, que são similares na proporção de exportações e importações,

com uma balança comercial superavitária ao México, pode ser compreendida pela maior industrialização do México frente aos membros de ambos os blocos.

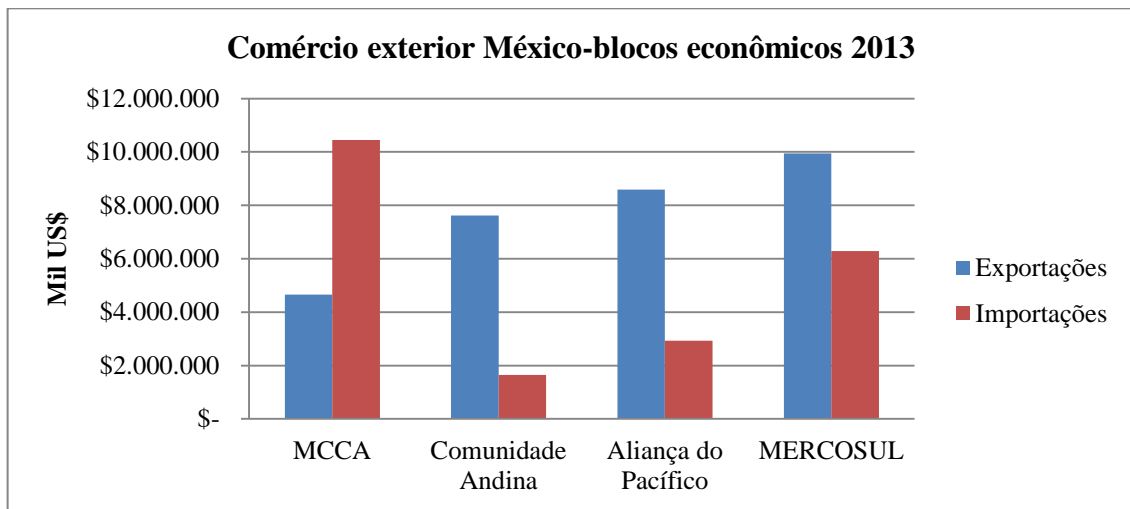


Gráfico 22 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2014)

Visto este cenário da integração latino-americana, deve ser destacada sua fragmentação, que dificulta a formação de um centro único de interação e integração na região. Nesse sentido, existem duas tendências de fragmentação da região: fragmentação entre a América do Norte, América Central e Caribe de um lado e a América do Sul (Mapa 2) de outro ou a fragmentação dos Estados latino-americanos do Pacífico de um lado e latino-americanos do Atlântico de outro (Mapa 3) (CARDOSO, 2013).



Mapa 2 - Elaborado pelo autor



Mapa 3 - Elaboração pelo autor.

Com pudemos notar, na América do Sul vem se desenvolvendo, além dos diversos sub-blocos, processos integracionistas que excluem o restante da América Latina e colocam como principal impulsionador e liderança o Brasil, como a UNASUL, gerando, assim, uma rivalidade de este último e o México e uma divisão horizontal da integração latino-americana. Por outro lado, a integração que o México vem buscando juntamente com os países da costa do Pacífico, indica uma divisão vertical da América Latina, entre o Pacífico, com a Aliança do Pacífico de liderança mexicana, e o Atlântico, com o Mercosul de liderança brasileira.

Concomitante a este processo de fragmentação, temos recentemente, mais exatamente em 2010, a criação de um bloco que pode representar um espaço em que convirjam estas duas tendências, que por sinal, teve um grande apoio do México (CARDOSO, 2013), a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). Herdeira da união do Grupo do Rio e da Cúpula da América Latina e Caribe (CALC), este bloco se estabelece como um novo mecanismo de concertação política e integração, abrangendo a todos os países da América Latina e Caribe. Segundo Soriano (2012), o México tinha dois interesses em apoiar a CELAC: reiterar sua identidade latino-americana e reavivar o regionalismo latino-americano e caribenho como um todo para se contrapor ao regionalismo sul-americano.

Tendo em vista todos estes fenômenos integracionistas na América Latina, percebemos que a região se encontra atualmente em um momento de incertezas, pois vêm sendo criados diversos modelos de integração concomitantes na região. Ao mesmo tempo em que a região sofre o risco de ficar cada vez mais fragmentada e com polos de poder divergentes, processos de integração mais amplos, todavia mostram sua força, em busca de uma América Latina unida. Como os dois principais polos de integração na América Latina que se destacam são o sobre a liderança mexicana e o sobre a liderança brasileira, a integração latino-americana irá depender, mormente, do nível de convergência entre o México e o Brasil, a fim de se estabelecer uma união ou fragmentação do processo integracionista da região.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: BALANÇO GERAL

Ao longo deste trabalho se buscou analisar se o México, tendo em vista sua identidade latino-americana, poderia passar utilizar a América Latina como uma via alternativa de desenvolvimento, a fim de diminuir sua dependência aos Estados Unidos, sendo este o problema de pesquisa e, conseqüentemente, o objetivo geral.

No intuito de resolver este problema proposto, o trabalho foi dividido em quatro capítulos, os quais nos foram apresentados três atores fundamentais, assim como os conceitos necessários para uma análise embasada de tais: o México, os Estados Unidos e a América Latina. Nesse sentido, primeiramente, com uma análise do desenvolvimento histórico do México, se verificou a presença e influência continua tanto da América Latina, quanto dos Estados Unidos, dando-se um maior destaque para este último, pois, suas posições e reações praticamente sempre estiveram pautadas nestes dois atores, seja de maneira a se impor, seja a se proteger. No entanto, ainda neste primeiro capítulo, se nota uma preponderância das relações México-Estados Unidos, desde seu período do imediato independência.

Esta constatação pode ser confirmada no capítulo 3, que tratou a relação do Estado mexicano com seu vizinho ao norte, além de por meio deste ser alcançado o primeiro objetivo específico estabelecido, que foi o de analisar a profundidade do relacionamento entre o México e os Estados Unidos. Assim, por meio de diversos dados econômicos e comerciais, principalmente, foi demonstrada uma forte interdependência assimétrica, onde, em função de um poder político e econômico tão desiguais, o México atrela sua economia ao longo da história, como forma de se direcionar a uma via de desenvolvimento vinculada aos Estados Unidos, o que é aprofundado no processo de neoliberalização da década de 1990.

O fator ilustrador dessa relação foi o NAFTA, como marco da institucionalização da relação do México com os Estados Unidos e sua opção de via de desenvolvimento, visando-se alcançar o segundo objetivo específico, de identificar os efeitos do NAFTA para o México. Apesar de os apoiadores do NAFTA terem previsto uma transferência de tecnologia e qualidade de vida em geral entre seus membros, até se equilibrar a situação mexicana à estadunidense, os dados nos mostram que o México, mesmo tendo ganhado um maior acesso ao mercado dos Estados Unidos, não conseguiu trabalhar de forma a transformar esta oportunidade de acessar o maior mercado do mundo mais facilmente em benefícios à seu fortalecimento político e ao seu posicionamento no sistema internacional.

Referente a seu fortalecimento político, percebeu-se que o NAFTA, além de um instrumento econômico, se tornou um instrumento político, que atrela o governo do México

aos interesses estadunidenses, dando-se um grande destaque a questão da segurança nacional dos Estados Unidos, que teme pelo o aumento substancial de poder dos cartéis de narcotráfico mexicanos. Por outro lado, este instrumento político não se estabelece como uma via dupla, pois em função da interdependência assimétrica, o interesse mexicano em tratar sobre a situação de seus imigrantes nos Estados Unidos, acaba sendo colocado em último plano e até mesmo, em prol da segurança estadunidense, rejeitado pelos conservadores, recrudescendo as leis e barreiras aos imigrantes mexicanos, como pode-se verificar na construção do muro na fronteira entre estes dois países.

Já em relação à posição internacional do México, se constatou uma forte vulnerabilidade, causada, principalmente, pela intensa vinculação da economia mexicana à dos Estados Unidos. Apesar de em diversos momentos o México ter se posicionado de maneira contrária aos Estados Unidos, principalmente em relação às intervenções na América Central, esta foi e, todavia, é uma estratégia utilizada pelo México a fim de se colocar como um Estado soberano e autônomo frente à potência mundial e o sistema como um todo, pelo menos no discurso. Por outro lado, diante dos dados econômicos e comerciais, ficou clara a dependência mexicana ao desenvolvimento da economia estadunidense, como se pôde verificar nos momentos de crise dos Estados Unidos, os quais afetam severamente a economia do México.

No capítulo seguinte, foi tratada a relação do México com a América Latina, tanto no ponto de vista conceitual, como histórico e econômico, onde se buscou alcançar o terceiro objetivo específico, de analisar a profundidade do relacionamento do México com a América Latina. Nesse sentido, foram identificados alguns padrões no relacionamento do México com a região, se concluindo que a região funciona para o Estado mexicano como uma válvula de escape à pressão estadunidense, mas não de forma a se buscar uma reversão da situação, mas sim de se contrapor ao poder dos Estados Unidos. Além disso, foi destacada a pressão interna, como um fator o qual impulsiona um discurso, e, algumas vezes, atitudes de cunho latino-americanistas pelos governos mexicanos.

Ao longo da história, foram identificados diversos períodos, com maior ou menor aproximação entre o México e a América Latina. A partir disso, verificou que à medida que o México se encontra em uma melhor situação econômica, sua relação com a região se intensifica, de igual maneira, quando o Estado mexicano está em envolvimento da instabilidade econômica, esta se traduz em um afastamento à região. Nesse sentido, a forte crise sofrida pelo México durante as décadas de 1980 e 1990 resultaram em um distanciamento à região,

assim como o estabelecimento das relações comerciais como prioridade da agenda mexicana diante da América Latina.

Tendo em vista este cenário, o México passou a investir em acordos e tratados comerciais com a região sob a luz do neoliberalismo, com o objetivo maior de se estabelecerem áreas de livre comércio. Desta forma, se visou identificar a forma como o México se insere no regionalismo latino-americano, que é o quarto objetivo específico traçado. Ao longo do subcapítulo que retratou o México na integração latino-americana, se verificou, a partir de meados da década de 1980, uma intensa concentração em tratados de livre comércio e acordos de complementação econômica com diversos países da região.

No entanto, é destacado que esta característica neoliberal do México contrasta com o direcionamento que outros grandes países latino-americanos, como Argentina, Brasil e Venezuela, vêm levando em seus processos de integração atualmente, com a inclusão do regionalismo social e produtivo. Outro fator destacado é o regionalismo sul-americano, liderado pelo Brasil, frente ao regionalismo do norte da América Latina, liderado pelo México, o que dividiria o continente e afastaria, ainda mais, o México da região.

Por outro lado, o México vem buscando aliados sul-americanos que dividem o mesmo tipo de interesse neoliberal a fim de se aproximar e se contrapor à liderança brasileira na região. Nesse sentido, se destaca a recente criação da Aliança do Pacífico como a mais nova estratégia mexicana de inserção no continente, mas mantendo, ainda, sua característica neoliberal. Apesar de este bloco poder ser visto como algo positivo e um intensificador da integração na América Latina, a proposta da Aliança do Pacífico, de unir países latino-americanos banhados pelo oceano Pacífico no intuito de se fortalecer e aproveitar as oportunidades da região mais dinâmica da atualidade, a Ásia, impõe uma nova forma de divisão entre os latino-americanos, desta vez de maneira vertical, entre os países banhados pelo oceano Atlântico e os países banhados pelo oceano Pacífico.

Tendo em vista a análise realizada sob a luz do objetivo geral e dos objetivos específicos, se conclui que a hipótese carrega tanto características positivas e quanto negativas. Isto porque, se definirmos os diversos acordos e tratados comerciais firmados com a região e a criação Aliança do Pacífico como uma aproximação mexicana à América Latina, a hipótese de que o México poderia utilizar da região como uma via desenvolvimento seria afirmativa.

Por outro lado, se levarmos em consideração a falta de profundidade dos acordos, dos tratados e da Aliança do Pacífico, que se limitam aos aspectos do livre comércio, assim como, a fragmentação da integração latino-americana entre sul e norte ou entre leste e oeste, a

hipótese seria negativa, no sentido em que o México não estaria se integrando à América Latina de forma a mudar sua via de desenvolvimento atual, que seguiria sendo pautado no comércio exterior, o que, de igual maneira, o atrela aos Estados Unidos.

Nesse sentido, se identifica como uma característica do trabalho o próprio fator de que existem diferentes perspectivas de como deve se desenvolver a aproximação de um país a outro ou a uma região. Além disso, ao se trabalhar com uma hipótese-dedutiva, como o próprio nome já diz, a dedução tem suas limitações, uma vez que apesar de se buscar basear a pesquisa no desenvolvimento histórico e em dados empíricos, o direcionamento ou estratégia de um ator estatal é um elemento em constante mutação diante de um sistema internacional instável e de igual maneira inconstante.

Por fim, como sugestão aos posteriores trabalhos, se destaca a importância da análise do desenvolvimento da Aliança do Pacífico. Isto é, como o bloco é relativamente recente, todavia não é possível se realizar uma análise profunda de seus efeitos sobre o México e sobre a região, desta forma, verificar o andamento do bloco e como este se posiciona diante do restante da América Latina poderá ser um fator que responderá à hipótese afirmativa ou negativamente de maneira mais segura e embasada. Além disso, uma análise mais profunda sobre a relação México-Brasil na atualidade poderá indicar se a relação entre estes está no sentido de uma aproximação ou afastamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALADI. **¿Quiénes somos?**. 2014a. Disponível em:

<http://www.aladi.org/nsfaladi/arquitect.nsf/VSTITIOWEB/quienes_somos>. Acesso em 01 ago. 2014.

ALADI. **Acuerdos**. 2014b. Disponível em:

<<http://www.aladi.org/nsfaladi/arquitect.nsf/VSTITIOWEB/acuerdos>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

ALIANZA DEL PACÍFICO. **La Alianza del Pacífico y sus objetivos**. 2013. Disponível em:

<http://alianzapacifico.net/que_es_la_alianza/la-alianza-del-pacifico-y-sus-objetivos/>. Acesso em: 01 ago. 2014.

ALMEIDA, Paulo Roberto de Almeida; CHALOUT, Yves. Avanços da regionalização nas Américas: cronologia analítica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 2, v. 42, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v42n2/v42n2a08.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2014.

ALPERSTEIN, Aída Lerman. **Relaciones México-América Latina: Entre la globalización y la regionalización**. Cidade do México: UAM-X, CSH, Depto. de Producción Económica, 2006. Disponível em: <http://bidi.xoc.uam.mx/tabla_contenido_libro.php?id_libro=239>. Acesso em: 04 jul. 2014.

ARRIAGA, Víctor. **El manejo de la relación con Estados Unidos, 1990-1994**. Cidade do México: CIDE, 1995. Disponível em:

<http://codex.colmex.mx:8991/exlibris/aleph/a18_1/apache_media/RM6I6QC3QN2G31KY67YTRTR57ST5KK.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2014.

ASSIS, José Carlos. A grande síntese pós-neoliberal. In: DOWBOR, Ladislau (Org.). **Riscos e oportunidades: em tempos de mudanças**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010.

BANCO DO MÉXICO. **Política monetária e inflación**. Cidade do México, 2014. Disponível em: <<http://www.banxico.org.mx/estadisticas/index.html>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

BANCO MUNDIAL. **World Bank Open Data**. 2014. Disponível em:

<<http://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

BARBIERO, Alan; CHALOULT, Yves. O Mercosul e a Nova Ordem Econômica Internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 1, v. 44, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v44n1/a03v44n1.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2014.

BATISTA, Paulo Nogueira. **Paulo Nogueira Batista: Pensando o Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BERNAL-MEZA, Raúl. México: treinta años de política exterior. In: **Carta Internacional**, n. 1, v. 2, 2007. Disponível em: <citrus.uspnet.usp.br/nupri/arquivo.php?id=12>. Acesso em: 02 jul. 2014.

BONFIM, Uraci Castro. **Curso de política, estratégia e alta administração do Exército**. 2005.

BRID, Juan Carlos Moreno; VALDIVIA, Juan Carlos Rivas; NÁPOLES, Pablo Ruiz. La economía mexicana después del TLCAN. **Revista Galega de Economía**, n. 1-2, v. 14, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39114214>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

CARDOSO, Alejandro Ramos. México ante el renovado espíritu integracionista en América Latina y el Caribe. **Revista Mexicana de Política Exterior**, n. 97, 2013. Disponível em: <<http://www.sre.gob.mx/revistadigital/images/stories/numeros/n97/ramos.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2014.

CEPAL. **El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: La integración económica en servicio de la transformación productiva con equidad**. Santiago: CEPAL, n. 39, 1994. Disponível em <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/7/4377/lcg1801e.htm>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

CEPIK, Marco; JORNADA, Helena; BORBA, Pedro. Segurança, política e relações bilaterais com o Brasil. In: DATHEIN, Ricardo. **Parceiros estratégicos para a inserção internacional do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, n. 1, v. 45, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a01v45n1.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

_____. **Inserção internacional: formação de conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, n. 2, v. 46, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n2/v46n2a01.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

CLAVAL, Paul. Geografia Econômica e Economia. **GeoTextos**, n.1, v. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3028/2132>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

_____. **A geografia cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

CONSEJO NACIONAL DE POBLACIÓN. **Migración Internacional**. Cidade do México, 2014. Disponível em: <<http://www.conapo.gob.mx/es/CONAPO/Indices>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

CONSENSO DE BUENOS AIRES. Buenos Aires, 2003. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1135ConsBAires.html>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

CORAZZA, Gentil. O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, n. 1, v. 27, 2006. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2114/2496..>>. Acesso em 03 jul. 2014.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Editora Rocco, 1992.

GAVIÑO, Alejandro del Angel. **Relaciones exteriores entre México, Estados Unidos y América Latina**. Cidade do México: Universidad del Valle de México, 2008. Disponível em: <www.tlalpan.uvmnet.edu/ooid/download/Relaciones%2520M%25C3%25A9xico_04_CS0_RI_PICJS_E.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2014.

GONZÁLES, Guadalupe Gonzáles. México ante América Latina: mirando de reojo a Estados Unidos. In: SCHIAVON, Jorge A.; SPENSER, Daniela; VÁSQUEZ, Mariano. **En busca de una nación soberana: Relaciones internacionales de México, siglos XIX y XX**. Cidade do México: CIDE/SRE, 2006.

GRANGUILHOME, Rogelio. Las relaciones económicas de México con América Latina y el Caribe: 1988-1994. **Revista Mexicana de Política Exterior**, n. 44, 1994. Disponível em: <<http://www.sre.gob.mx/revistadigital/images/stories/numeros/n44/granguillhome.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2014.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. A estratégia econômica americana. In: In: CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA, **Soberania sim, Alca não**. Editora Expressão Popular, 2002.

GUTIERREZ, Luiz Fernando Irisarri. **A economia mexicana de 1994 a 2010: impactos econômicos do NAFTA**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/55016/000856549.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

HERNÁNDEZ, David Chacón. Masacre de 1968: Culto a la impunidad y la persistente violación de los derechos humanos. **Revista Alegatos**, n. 70, 2008. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r23200.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

HERNÁNDEZ, Maximiliano Gracia. Importancia de Estados Unidos y Canadá en el comercio internacional de México a partir del TLCAN. **Revista Académica del CISAN-UNAM**, n. 2, v. 5, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193719383006>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

HUNTINGTON, Samuel P. **Choque de Civilizações**. Editora Objetiva, 1997. Disponível em: <http://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/samuel_huntington_-_o_choque_de_civilizacoes1.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA (INEGI). **Banco de información económica**. Cidade do México, 2014. Disponível em: <<http://www.inegi.org.mx/sistemas/bie/>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

IRUEGAS, Gustavo. Las relaciones de México con América Latina y Caribe. In: **Revista Mexicana de Política Exterior**, n. 67-68, 2003. Disponível em: <<http://www.sre.gob.mx/revistadigital/images/stories/numeros/n67-68/iruegas.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

LIMA, Maria Regina Soares. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. In: **Revista brasileira de política internacional**, n. 1, v. 48, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a02.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

MALDONADO, Eduardo. Desempenho econômico e comércio internacional. In: DATHEIN, Ricardo. **Parceiros estratégicos para a inserção internacional do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

MANAUT, Raúl Benítez. México-Estados Unidos: paradigmas de una inevitable y conflictiva relación. In: **Revista Nueva Sociedad**, n. 206, 2006. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3400_1.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2014.

MÉNDEZ, Ricardo. **Geografía Económica: La lógica espacial del capitalismo global**. Barcelona: Ariel, 1997.

MÉXICO. **Conferencia de Prensa, Madrid España**. Cidade do México, 2014. Disponível em: <<http://www.presidencia.gob.mx/multimedia/transmision-del-evento-conferencia-de-prensa-madrid-espana/>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

Ministério das Relações Exteriores. **Mercosul**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/mercosul>. Acesso em: 01 ago. 2014.

MORAES, Marcos Antonio de; FRANCO, Paulo Sérgio Silva. **Geopolítica: uma visão atual**. São Paulo: Átomo, 2009.

MORALES, Josefina. El desarrollo desigual de México en el TLCAN. In: **Cuadernos de Nuestra América**. La Havana: Ediciones CEA, v. XIX, n. 37-38, 2006.

MOSTAFA, Joana. México: Paradigma de dependência regional. In: CARDOSO, José Celso; ACIOLY, Luciana; MATIJASCIC, Milko. **Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas**. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Livro_TrajetoriasRecentes.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2014.

NYE, Joseph S. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

_____. **Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**. São Paulo: Gente Editora, 2009.

PETERS, Enrique Dussel. **El Tratado de Libre Comercio de Norteamérica y el desempeño de la economía en México**. Cidade do México: CEPAL, 2000. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/1/9571/1431.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índice de Desarrollo Humano Municipal en México: nueva metodología**. Cidade do México: PNUD, 2014. Disponível em: <http://www.undp.org.mx/IMG/pdf/IDH_municipal_PNUD.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2014.

RUIZ, José Briceño. Ejes y modelos en la etapa actual de la integración económica regional en América Latina. **Estudios Intenacionales**, n. 175, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/rei/v45n175/art01.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2014.

RUIZ, Miguel Ángel Vázquez. Elementos para evaluar una década de TLCAN: el caso mexicano. **Geoenseñanza**, n. 1, v. 9, 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/360/36090106.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

RUSSEL, Roberto; TOKATLIAN, Juan G. Modelos de política exterior y opciones estratégicas: el caso de América Latina frente a Estados Unidos. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, n. 85-86, 2009. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3040701>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

SADER, Emir. Imperialismo norte-americano e a Alca. In: CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA, **Soberania sim, Alca não**. Editora Expressão Popular, 2002.

SÁNCHEZ, Rafael A. El impacto de la industria petrolera en la economía mexicana. **Estudios internacionales**, Santiago, n. 125, v. 32, 1999. Disponível em: <<http://www.revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/viewFile/15001/19261>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

SCHIAVON, Jorge A. **La relación especial México-Estados Unidos: Cambios y continuidades en la Guerra y Pos-Guerra Fria**. Cidade do México: CIDE, 2006. Disponível em <<http://www.cide.edu/publicaciones/status/dts/DTEI%20137.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

SECRETARIA DE ECONOMIA DO MÉXICO. **Tratados y Acuerdos firmados por México con América Latina**. Cidade do México, 2014. Disponível em: <<http://www.economia.gob.mx/comunidad-negocios/comercio-exterior/tlc-acuerdos/america-latina>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

SIERRA, Gerónimo. **América Latina, una y diversa**. Costa Rica: Alma Mater, 2008.

SORIANO, Juan Pablo. Dilma y México: altibajos en una relación indispensable para América Latina. **Revista CIDOB d'afers internacionals**, n. 97-98, 2012. Disponível em: <http://www.cidob.org/ca/content/download/31857/515515/file/135-150_JUAN+PABLO+SORIANO.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2014.

SUDAREV, Vladimir. México y América Latina: Nueva etapa de relaciones. **Латинская Америка**, n. 6, 2013. Disponível em:

<http://www.ilaran.ru/pdf/2013/Iberoamerica/IbA_2013_4/Sudarev.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2014.

UNITED STATES CENSUS BUREAU. **American FactFinder**. 2014. Disponível em: <<http://factfinder2.census.gov/faces/nav/jsf/pages/index.xhtml>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

VALENCIA, Alberto Rocha; RUVALCABA, Daniel Efrén Morales. Potencias medias y potencias regionales en el Sistema Político Internacional: dos modelos teóricos. **Geopolítica: Guadalajara**, n. 2, v. 1, 2010. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/GEOP/article/view/36329/35196>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

VÁSQUEZ, Modesto Seara. **Política exterior de México**. Cidade do México, 3ª edição, 1985. Disponível em: <www.modestoseara.com/informacion/libros/PEM1.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2014.

VELASCO, Andrés Enrique Miguel; CRUZ, Pedro Maldonado; VALDEZ, Julio César Torres. Desigualdad del desarrollo regional en México. **Revista Latinoamericana de Economía**, n. 151, v. 38, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11820167005>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

VEGA, Carlos Alba. México después del TLCAN: el impacto económico y sus consecuencias políticas y sociales. **Revista Foro Internacional**, n. 171, 2003. Disponível em: <<http://brd.unid.edu.mx/recursos/ADI%20MI/MI09/M%C3%A9xico%20despu%C3%A9s%20del%20TLCAN.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

VILABOY, Sergio Guerra; GALLARDO, Alejo Maldonado. Raíces históricas de la integración latinoamericana. In: ASOCIACIÓN POR LA UNIDAD DE NUESTRA AMÉRICA, **História y perspectiva de la integración latinoamericana**. La Havana, 2000. Disponível em: <<http://www.ieei-unesp.com.br/portal/artigos/raices.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2014.

VILLAMAR, Zirahuén. La política exterior mexicana tras el regreso del PRI: una visión para los próximos seis años. In: **Revista Nueva Sociedad**, n. 247, 2013.

VIZENTINI, Paulo G. F. Dez anos do Mercosul: a crise da integração e o desafio da ALCA. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 3, 2001. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1282/1648>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Modern World-System. In: WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-**

Economy in the Sixteenth Century. Nova Iorque: University of California, 1976. Disponível em: <<http://www.d.umn.edu/~bmork/2306/2111/worldsys.html>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

_____. **Geopolítica y Geocultura**: ensayos sobre el moderno sistema mundial. Barcelona: Editora Kairós, 2007.